



CHILE

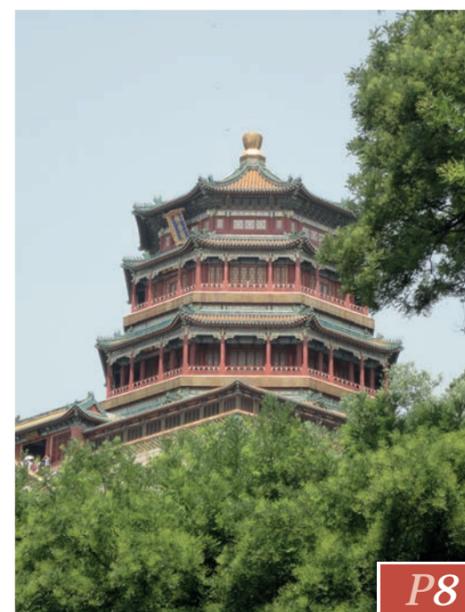
Passadas quatro décadas do golpe que derrubou o presidente Salvador Allende, os chilenos ainda carregam as marcas da sangrenta ditadura militar que vitimou milhares.

Página 10

CHINA

Oportunidades em uma cultura milenar

Em julho, um grupo de professores e alunos da UFRGS participou do intercâmbio proporcionado pelo programa Top China. A viagem, acompanhada pelo reitor Carlos Alexandre Netto, permitiu o contato com os demais 70 estudantes brasileiros que fizeram parte do programa na potência do oriente, abrangendo não apenas a integração acadêmica, mas também cultural.



P8

BIENAL DO MERCOSUL

Que a arte não nos escape

A poucos dias da abertura de um dos mais importantes eventos de arte contemporânea da América Latina, a organização da mostra vem desenvolvendo ações a fim de estimular o diálogo entre diferentes campos do saber. A coordenadora pedagógica da exposição, Mônica Hoff, aceitou o desafio de tentar propiciar um ambiente frutífero para o reconhecimento do papel da arte na formação da cidadania. “Acredito que a arte está onde ela aparentemente não está. Os processos que dela resultam se situam onde ela não é autorreferencial, onde ela não fala de si mesma”, explica. Nesse sentido, atividades como o *Conversas de Campo*, que envolvem expedições a diferentes lugares do estado, permitem o distanciamento do campo estrito da arte. *P13*

MEDIAÇÃO JURÍDICA

Grupo do SAJU auxilia na busca de soluções pacíficas

P7

Para além das salas de aula

Estudantes do Bacharelado em História da Arte do Instituto de Artes da UFRGS têm participado, ao longo do curso, de viagens de estudo para o contato direto com obras do patrimônio artístico e histórico brasileiro. Na edição deste ano, o roteiro incluiu museus e outras instituições culturais do Rio de Janeiro.



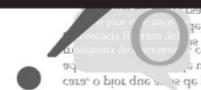
CadernoJU

Filosofia

Kwame Appiah analisa o que move as revoluções morais *P9*

Espionagem

Caso Snowden expõe carência da indústria nacional de TI *P4*



Espaço da Reitoria

Liane Hentschke
Diretora de Cooperação Institucional – CNPq

Avanços e desafios da internacionalização

Nos últimos cinco anos, demos um salto quali-quantitativo rumo à internacionalização da Universidade, com ações dentro da UFRGS, no país e no exterior. Trabalhamos para o aumento do quadro de servidores e para a reorganização interna da Secretaria, por meio da criação de novos setores: a Coordenação de Planejamento e Gestão, a Coordenação de Projetos e Convênios Internacionais e, em especial, a Coordenação do Departamento de Mobilidade Acadêmica *In e Out*. Instituímos um sistema de representantes em cada unidade acadêmica que nos auxiliou no recebimento de missões internacionais e na divulgação da UFRGS no exterior.

Como forma de buscar a institucionalização da cooperação internacional, criamos o *Campus Internacional*: um conceito para mobilizar

a UFRGS em torno da necessidade de realizar ações integradas para transformar a postura reativa à demanda trazida pelos professores em uma postura proativa de pensar a internacionalização da Universidade de forma mais estratégica. A partir desse momento, a Relinter organizou a sua primeira missão oficial à Ásia em 2010 com a presença do reitor. Foi quando saltamos de um para quinze acordos ativos com aquele país. A iniciativa de sair para regiões mais distantes hoje possui um nível de aderência significativo, representado por acordos, projetos e iniciativas para o Parque da UFRGS, além de editais das agências financiadoras para esses países no Ciência sem Fronteiras (CsF).

No âmbito nacional, trabalhamos junto às agências de fomento para poder atender melhor os alunos do programa CsF. Por isso, somos uma das universidades que mais envia estudantes

para o exterior por meio do programa. No entanto, a mobilidade *In* enfrenta desafios, como a oferta de disciplinas em outras línguas, em especial o inglês.

Nesse momento de transição, posso afirmar que a nossa universidade se encontra preparada para se tornar protagonista do processo criativo de internacionalização rumo à universidade de classe mundial, pois ela deve transcender as formas tradicionais de acordos e projetos e partir para ações mais arrojadas, como mestrados e doutorados internacionais.

Importante frisar que o trabalho desenvolvido na Relinter é fruto de uma política da reitoria, somada à excelência dos nossos docentes, ao apoio das unidades acadêmicas, nas figuras dos seus diretores, alunos e técnicos. Muito obrigada a todos que conosco trabalharam nestes últimos cinco anos!



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Ricardo Schneiders da Silva

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
Email: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Ánia Chala, Cassiano Kuchembecke Rosing, Cida Golin, Luiz Carlos Pinto, Michéle Oberson, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer, Temístocles Américo Correia Cezar

Editora Ánia Chala
Subeditora Jacira Cabral da Silveira
Repórteres Ánia Chala, Everton Cardoso, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein
Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)
Diagramação Kleiton Semensatto da Costa
Fotografia Flávio Dutra (editor) e Cadinho Andrade
Revisão Antônio Falcetta
Bolsistas Bárbara Gallo, Gustavo Duarte Fagundes, Júlia Corrêa e Rafaela Pechansky (Jornalismo); Júnior Sérgio Schneider (Relações Públicas)
Circulação Vanessa Gastal Fernandes
Fotolitos e Impressão Gráfica da UFRGS
Tiragem 14 mil exemplares

/jornaldauniversidade

Mantenha-se atualizado

Quer ser avisado sobre as novas edições do JU? Então entre em contato pelo endereço jornal@ufrgs.br, solicitando a inscrição do seu email em nossa lista de contatos. Assim, a cada nova edição, você receberá uma mensagem e poderá pegar a edição impressa no local mais próximo ou conferir a edição online pelo endereço eletrônico issuu.com/jornaldauniversidade. Acompanhe também as novidades do JU no Facebook, em facebook.com/jornaldauniversidade.

Memória da UFRGS

LUME/UFRGS



1941

Em setembro, durante os festejos da Semana da Pátria, as ruas da capital recebiam a tradicional Parada da Mocidade, evento no qual as alunas da Escola de Educação Física eram um dos destaques.

Artigo

Compromisso com a sustentabilidade

A Gráfica da UFRGS, que iniciou sua trajetória em 1948 com o intuito de servir à comunidade acadêmica, vem se atualizando, tanto na modernização do seu parque gráfico quanto na implementação de medidas socioambientais.

A partir do Projeto de Desenvolvimento Institucional e Qualificação para a Gestão Sustentável da Gráfica da UFRGS (mais conhecido como Projeto Gráfica Sustentável), desenvolvem-se ações para a implantação de práticas de melhoria ambiental, social e organizacional. Dentre essas, algumas metas já foram concretizadas, demonstrando a importância de se investir em projetos como este.

As aparas de papel são doadas à Associação dos Trabalhadores da Unidade de Triagem (ATUT) do Hospital Psiquiátrico São Pedro, que faz o trabalho de reinserção social de pacientes psiquiátricos, sendo revertida a renda da venda do material doado aos associados. Em média, 900 kg de material são enviados à instituição mensalmente. Como forma de manutenção desta parceria, foi feita uma visita em julho deste ano, na qual se acompanhou a triagem, trituração, prensagem e enfardamento do papel, e também se teve a oportunidade de conversar com os criadores da associação.

Outra iniciativa que tem como objetivo aproveitar as sobras é o Núcleo de Desenvolvimento de Projetos em Papel (NDePP), instalado nas dependências da própria

Gráfica para estimular o desenvolvimento de produtos com as aparas provenientes da produção interna. O foco atual do NDePP é capacitar ONGs, associações de artesanato e cooperativas para aprenderem as técnicas com papel reciclado e poderem gerar renda para seus colaboradores. O pensamento ecológico é a diretriz do trabalho, determinando decisões com relação a materiais e processos empregados. Dentre as atividades do NDePP estão a oficina “Modelando objetos com a técnica da papietagem”, oferecida aos cursos de Graduação em Design de Produto e Design Visual, e o curso de Papel Machê, ministrado ao Núcleo Comunitário e Cultural de Belém Novo.

No setor também recebe jovens do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade, autores de ato infracional, para o cumprimento de medida socioeducativa. Atualmente dez adolescentes realizam atividades de pintura, modelagem de papel machê e papietagem, sob orientação de Maria da Glória dos Santos.

Nas ações referentes à educação ambiental definidas no Projeto Gráfica Sustentável, busca-se orientar os clientes para que planejem o material gráfico pensando na questão ambiental. Como exemplo dessa prática, tem-se o estímulo ao uso de papel reciclado, a avaliação da necessidade de cor no impresso, a possibilidade do uso de aparas (sobras) para a impressão do material, a análise da necessidade da plastificação (acabamento que

não permite reciclagem), e a preferência pelo uso de formatos e gramaturas que não gerem sobra de papel. Pode-se observar que pequenas modificações podem evitar o desperdício material e financeiro. Esses procedimentos são bastante abordados nas redes sociais nas quais a Gráfica participa. Dicas de reciclagem, redução do consumo e reutilização são postadas e têm retorno positivo por aqueles que acompanham a página. No site da Gráfica (www.ufrgs.br/graficaufrgs), na aba Sustentabilidade, também são divulgadas algumas das ações socioambientais praticadas.

Para aproximar a comunidade acadêmica do processo de produção gráfica, desenvolve-se um programa de visitas técnicas guiadas, que vem sendo ampliado a cada semestre. Nesses encontros, estudantes, professores e técnicos percorrem os passos do material impresso, desde a entrada do arquivo até o acabamento de vários materiais gráficos.

Em relação ao objetivo de substituir produtos tóxicos por insumos gráficos biodegradáveis, passou-se a utilizar uma tinta contendo entre 78-82% de materiais renováveis; o papel sulfite feito com bagaço de cana de açúcar, com as mesmas características do papel branco convencional, para impressão de teses e dissertações; e adquiriram-se produtos químicos menos agressivos ao meio ambiente para a limpeza do maquinário de impressão.

Sobre a destinação correta dos resíduos químicos, iniciou-se uma parceria com o

Centro de Gestão e Tratamento de Resíduos Químicos (CGTRQ), órgão auxiliar do Instituto de Química da UFRGS. Segundo o relatório quantitativo fornecido pelo Centro, de abril de 2011 a abril de 2012 foram realizadas sete coletas e recolhidos quase meia tonelada de resíduos, dentre os quais se encontram: óleo mineral; cartuchos de impressoras; embalagens metálicas e plásticas; equipamentos de proteção individual e outros materiais contaminados com tinta de impressão off-set. Houve capacitação dos funcionários para fazer a catalogação desses materiais.

O Projeto Gráfica Sustentável – que conta com apoio institucional – pretende ainda realizar outras ações, como a implantação de áreas verdes nos setores da Gráfica, livros digitais, o tratamento da água utilizada no processo de impressão e a neutralização da emissão de CO₂. Por meio deste projeto busca-se atingir os níveis de qualidade e excelência que resultem em melhoria ambiental, social e organizacional. Desta forma, pode servir como modelo a ser replicado por outras Gráficas e instituições, tornando-se referência na área.

Jussara Porto
Diretora da Gráfica da UFRGS, mestre em Design pelo Centro Universitário Ritter dos Reis

Mariana Piccoli
Bolsista do Núcleo de Desenvolvimento de Projetos em Papel, mestranda em Design na UFRGS

FLÁVIO DUTRA/JU



Destinado exclusivamente a salas de aula, o novo prédio recebe diariamente cinco mil estudantes



UFRGS TV

Simplifísica Especial

O Nobel que não gostava de pesquisa

Quando estava na graduação, ele não acreditava que o seu trabalho pudesse contribuir para a ciência como um todo. Afinal, antes dele tantos outros já haviam passado pela academia.

A história desse homem, entretanto, resultou em um Prêmio Nobel e em uma verdadeira revolução para a computação mundial. Ele é Albert Fert: físico francês de 75 anos, Nobel de Física em 2007 e um exemplo de dedicação à ciência e à tecnologia. “Antes do meu PhD, eu não era muito entusiasmado por Física e pesquisa. Via a ciência como uma acumulação de regras e leis criadas e bem estabelecidas por cientistas prestigiados e não entendia como um jovem cientista como eu poderia trazer alguma coisa a mais para o cenário”, declarou Fert em abril deste ano, durante a Aula Magna que proferiu quando recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela UFRGS.

Após quase uma década de trabalho, o físico descobriu e documentou o efeito da Magnetorressistência Gigante (GMR), que ampliou a capacidade e popularizou os discos rígidos. Hoje em dia, praticamente todos os microcomputadores do planeta possuem, em alguma medida, a tecnologia desenvolvida nas pesquisas de Fert. “É maravilhoso ver nesse computador que uso o que estava em minha mente há bastante tempo e constatar que essas ideias levaram a alguma aplicação”, conta o vencedor do Nobel.

O estudante que não se interessava por pesquisa passou a admirá-la. “Fico sempre atônito ao ver como a pesquisa é uma ferramenta eficiente. É extraordinário perceber como algumas ideias podem se transformar em um dispositivo que muitos usam”, relata o hoje professor da *Université Paris-Sud* em Orsay, na França.

* Marcelo Carôllo, *aluno do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico*

Assista aos programas

Quer entender o trabalho que rendeu o Nobel de Física a Albert Fert? Assista ao programa *Simplifísica Especial* no dia 5 deste mês, às 20h, com reprise às 23h, na UNITV, canal 15 da NET POA.

Infraestrutura

Mais salas no Câmpus Centro

Bruna, de Arroio do Meio, Márcio, de Nova Pádua, Yuri, de Marau, Lucas, de Barra do Ribeiro, e Roberto, de Porto Alegre, esperam o horário da próxima disciplina estirados num dos bancos do saguão de entrada do novo prédio de Salas de Aula do Câmpus Centro. Eles estão no terceiro semestre de Zootecnia e, assim como outros cinco mil alunos de diferentes unidades da UFRGS, foram os primeiros a ocupar as 22 salas de aula da mais recente construção da Universidade. “Tem algumas coisas faltando ainda, mas o bom é que fica perto de casa”, comenta Bruna. Márcio concorda, ambos moram no centro da capital.

A nova construção já contribuiu para a reorganização do Câmpus Centro, pois permitiu a realocação das turmas de diversas disciplinas que ocupavam as 19 salas do Anexo I da reitoria e de três do prédio da ex-Química. “Na verdade, é mais uma questão de qualificação dos locais do que especificamente de aumento de salas de aula”, explica a coordenadora de Planejamento da Pró-reitoria de Graduação (Prograd), Liseane Margarites. Entretanto, ela esclarece que, assim que o prédio da ex-Química for reformado, haverá uma ampliação efetiva do espaço destinado às aulas.

Além do curso de Zootecnia, o prédio abriga disciplinas de cursos como Admi-

nistração, Economia, Ciências Políticas, Ciências Contábeis, Estatística, Educação, Direito, Engenharia Química e Letras. Mas não só a graduação está sendo beneficiada. Segundo Liseane, há também salas que estão sendo utilizadas para aulas do Núcleo de Ensino de Língua em Extensão (NELE), do Instituto Confúcio, da Pós-graduação da Faculdade de Educação (PPGEDu) e da monitoria de Matemática. De acordo com a coordenadora de planejamento, circulam diariamente cerca de cinco mil estudantes no novo prédio que funciona nos três turnos.

De acordo com o vice-superintendente de Infraestrutura e Obras, o engenheiro Sílvio Henrique Bersagui, a obra iniciou em março de 2010 e foi entregue em maio deste ano. O projeto arquitetônico foi desenvolvido pelo Setor de Patrimônio Histórico, sendo que as obras complementares de estrutura, elétrica e hidráulica foram executadas por empresas terceirizadas. Com uma área total de 4.253m², o prédio compreende 22 salas de aula com capacidades variadas para atender turmas de 40, 65 e 80 estudantes e foi realizado com recursos do Reuni. O valor total da obra foi de 5 milhões e 990 mil reais; o mobiliário (mesas, cadeiras, projetores, quadros e telas multimídia) chegou a um total de R\$ 229.139,78.

Localizado entre os prédios da Faculdade de Direito e do Instituto Parobé, a nova construção também resultou em reformas no seu entorno, com instalação de luminárias e reorganização da área de estacionamento. Conforme a estimativa de Bersagui, com a finalização da construção, o Câmpus Centro recuperou 25% do espaço destinado a estacionamento: “Hoje temos perto de 500 vagas”, afirma. Ele também destaca que a obra atende às especificações de acessibilidade exigidas à época da aprovação do projeto, com elevadores e banheiros devidamente equipados.

Responsável pela administração do novo prédio, a Prograd já está providenciando a indicação de um encarregado direto para essa função. Desde que iniciaram as aulas no segundo semestre deste ano, Liseane comenta que já há retorno de professores quanto às condições das novas instalações. “Eles reclamam, mas também entendem que estamos todos em adaptação”, argumenta. Quanto à distribuição das turmas para os diferentes cursos e em diferentes horários, a coordenadora diz que, ao final desse primeiro semestre de uso, será possível avaliar o que está dando certo e o que ainda é preciso melhorar: “Mas isso é uma tarefa permanente quando se fala de distribuição de espaços na Universidade”, pondera.

Vestibular 2014

SISU ainda não

Conforme decisão do Conselho Universitário (Consun) do dia 9 de junho, o Vestibular de 2014 da UFRGS não destinará vagas de ingresso aos cursos de graduação pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU/ MEC). Foi encaminhada, contudo, a continuação das discussões sobre uma possível adesão para 2015.

Entre os motivos expostos para a não adoção do SISU estão: os prazos do edital, uma vez que o período para as inscrições para o ENEM já havia se encerrado, e a necessidade de ampliar a discussão sobre o assunto. Os conselheiros também encaminharam à comissão a apreciação de dados

de outras universidades que adotaram o programa do MEC e o conhecimento de estudo nacional que está sendo desenvolvido pela Universidade Federal do Ceará sobre o tema, além de outras sugestões.

A decisão do Conselho baseou-se no parecer da comissão especial formada por membros do Consun e do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), cujo parecer recomendou a não adoção ao SISU. Segundo o reitor Carlos Alexandre Netto, a decisão “demonstra o cuidado que a Universidade tem com seu processo seletivo. Todas as iniciativas de mudança têm um grande impacto, por isso precisam ser bem discutidas”, avaliou.

Mudança

JU com novo tamanho

No mês em que completa 16 anos, o *Jornal da Universidade* muda de tamanho. Ele permanece no formato standard, mas com uma pequena redução para o melhor aproveitamento do papel. Editorialmente, o JU segue com o mesmo projeto gráfico. A medida representa uma economia de cerca de 40% do papel utilizado para a impressão, além de permitir o aumento da tiragem, que passa dos atuais 12 para 14 mil exemplares.

Na busca por qualificar seu produto final, o JU segue aprimorando tanto seu processo de produção quanto a abordagem editorial de textos e imagens. Nesse sentido, em setembro do ano passado foi criado o Caderno

JU, destinado a reportagens amplas, nas quais os temas são aprofundados com maior diversidade de fontes e enfoques. O novo Conselho Editorial, por seu turno, tem realizado reuniões mensais para contribuir com avaliações e sugestões.

A redação do JU tem uma equipe de jornalistas, fotógrafo, revisor, diagramador e bolsistas do curso de Comunicação, que participa desde a discussão das pautas até o trabalho final de edição de suas matérias. Também contamos com a colaboração de articulistas convidados. Para entrar em contato com o JU, sugerir matérias ou fazer críticas, basta enviar um e-mail para jornal@ufrgs.br.



Snowden: o homem que sabia demais?

Diego R. Canabarro¹ / Thiago Borne²

Edward Snowden ficou conhecido por vaziar documentos sigilosos sobre o funcionamento de sistemas de informação dos serviços de inteligência dos Estados Unidos. O ex-funcionário da empresa Booz Allen Hamilton (contratada da Agência de Segurança Nacional estadunidense) abandonou um salário de US\$200 mil/ano para, segundo ele, “informar o público sobre aquilo que é feito em seu nome e o que é feito contra ele”, pois “o governo norte-americano destrói a privacidade, a liberdade na Internet e as liberdades fundamentais de pessoas em todo o mundo com esta máquina de monitoramento em massa que eles estão construindo secretamente”. Essas palavras foram publicadas no jornal britânico *The Guardian*, dentre as reportagens assinadas por Glenn Greenwald que revelaram operações dos EUA para monitorar comunicações internacionais. Anunciou-se o envolvimento de empresas de telefonia e de gigantes da TI do país, como a Apple e o Google; e foram revelados detalhes de um conjunto de programas (PRISM, XKEYSCORE, etc.) e operações *ad hoc* de sistemas de informações e bases de dados correspondentes, mais ou menos interligados e mutuamente acessíveis pela comunidade de inteligência dos EUA. Com isso, Snowden alcançou o duplo status de patriota e traidor em seu país, herói e vilão das relações internacionais. Apareceu em Hong Kong, ficou preso em um aeroporto na Rússia (como Tom Hanks em *O Terminal*), pediu asilo ao Equador, foi procurado no avião presidencial do presidente boliviano Evo Morales (forçado a pousar em Viena) e, finalmente, ganhou asilo temporário na Rússia. Nos EUA, em meio a protestos formais, foi indiciado por delitos semelhantes aos imputados a Bradley Manning, principal fonte da WikiLeaks.

A Agência de Segurança Nacional é o principal órgão de Inteligência de Sinais (SIGINT) dedicada à interceptação de sinais eletrônicos e à proteção criptográfica de comunicações dos EUA. Criada na década de 1950, ela é a maior e mais importante agência de inteligência de

sinais do mundo, operando em uma área cinzenta do direito internacional. Nos EUA, a Quarta Emenda da Constituição veda a realização de buscas e apreensões sem mandado judicial. Desde 1978, a Lei de Vigilância da Inteligência Estrangeira (FISA) regula atividades de monitoramento e coleta de informações em meio eletrônico e/ou físico pelos órgãos do Estado contra estrangeiros suspeitos de envolvimento em atividades nocivas à segurança nacional. A vigilância de estrangeiros localizados fora dos EUA não necessita de mandado judicial. Há, porém, estrangeiros dentro dos EUA, e há americanos vivendo fora do país. A operação nessa zona cinzenta passa pelo crivo de uma corte especial criada para garantir o respeito à Constituição em casos de vigilância de cidadãos americanos. Para não travar as atividades de inteligência, essa corte pode autorizar de antemão o funcionamento de programas focados em estrangeiros. Desde o 11/09, a FISA foi emendada em três ocasiões (inclusive com o polêmico Ato Patriota), no sentido de aumentar a capacidade de ação da inteligência estadunidense na Guerra ao Terror em detrimento de outros direitos civis dos próprios cidadãos americanos.

Apesar do alarme midiático e da turbulência política, não há nada de muito surpreendente nas revelações de Snowden, no que diz respeito à competição entre os países para alcançar superioridade informacional nas relações internacionais. O que surpreende, se forem verdade as alegações dele e não apenas uma manobra para dizer aos chineses e russos que suas capacidades ainda são muito inferiores, é a escala que alcançou a SIGINT americana na exploração de componentes do ciberespaço (linhas telefônicas, cabos de fibra óptica, sinais de satélite, roteadores e servidores da Internet). A inteligência americana desenvolveu sistemas capazes de dragar e compilar quantidades massivas de informação criadas, armazenadas e que circulam em meio digital. Para analisar a maior quantidade possível de dados potencialmente relevantes, aplicam ferramentas de processamento (*data mining*)

para excluir, com um grau limitado de certeza, alvos não monitoráveis. Assim, os analistas da NSA (empregados diretos ou terceirizados) têm acesso compartimentado ao rol de programas e dados operados pela Agência. Do ponto de vista das liberdades civis, o risco inerente ao crescimento e à complexificação desses processos é que, em prol da segurança do país, organiza-se um sistema orwelliano de alcance global sem precedentes.

Em nenhum momento, os EUA negam categoricamente as informações vazadas. A diplomacia estadunidense procura ressaltar o caráter estratégico de seus programas para a manutenção da estabilidade e da segurança do país e da comunidade internacional em geral. Alega que é impossível processar toda a informação produzida em meio digital e que o caráter alarmista das notícias ignora a distinção entre informação geral e informação de interesse efetivo para a inteligência. Ao falar sobre as controvérsias envolvendo o Brasil, o general Keith Alexander, diretor da NSA, deu a entender que a exploração do ciberespaço brasileiro tem mais a ver com a posição geoestratégica do país na distribuição de infraestrutura de telecomunicações internacionais (somos um importante *hub* de conexão intercontinental) do que com a existência de alvos de interesse substancial por aqui.

Explicações como essa não convencem. Em audiência convocada pelo Senado brasileiro para averiguar as denúncias de espionagem da NSA contra o Brasil, o jornalista Glenn Greenwald afirmou que, apesar de o discurso securitário dos EUA estar focado no terrorismo, grande parte da informação coletada orienta também a estratégia internacional de competição comercial e industrial da Casa Branca. Entre os documentos vazados, diz o jornalista, há mensagens classificadas de Thomas Shannon – embaixador dos EUA no Brasil – ao Departamento de Estado que celebram as atividades da NSA e as vantagens comparativas que elas provêm para as negociações internacionais estadunidenses.

O complexo militar-informacional-indus-

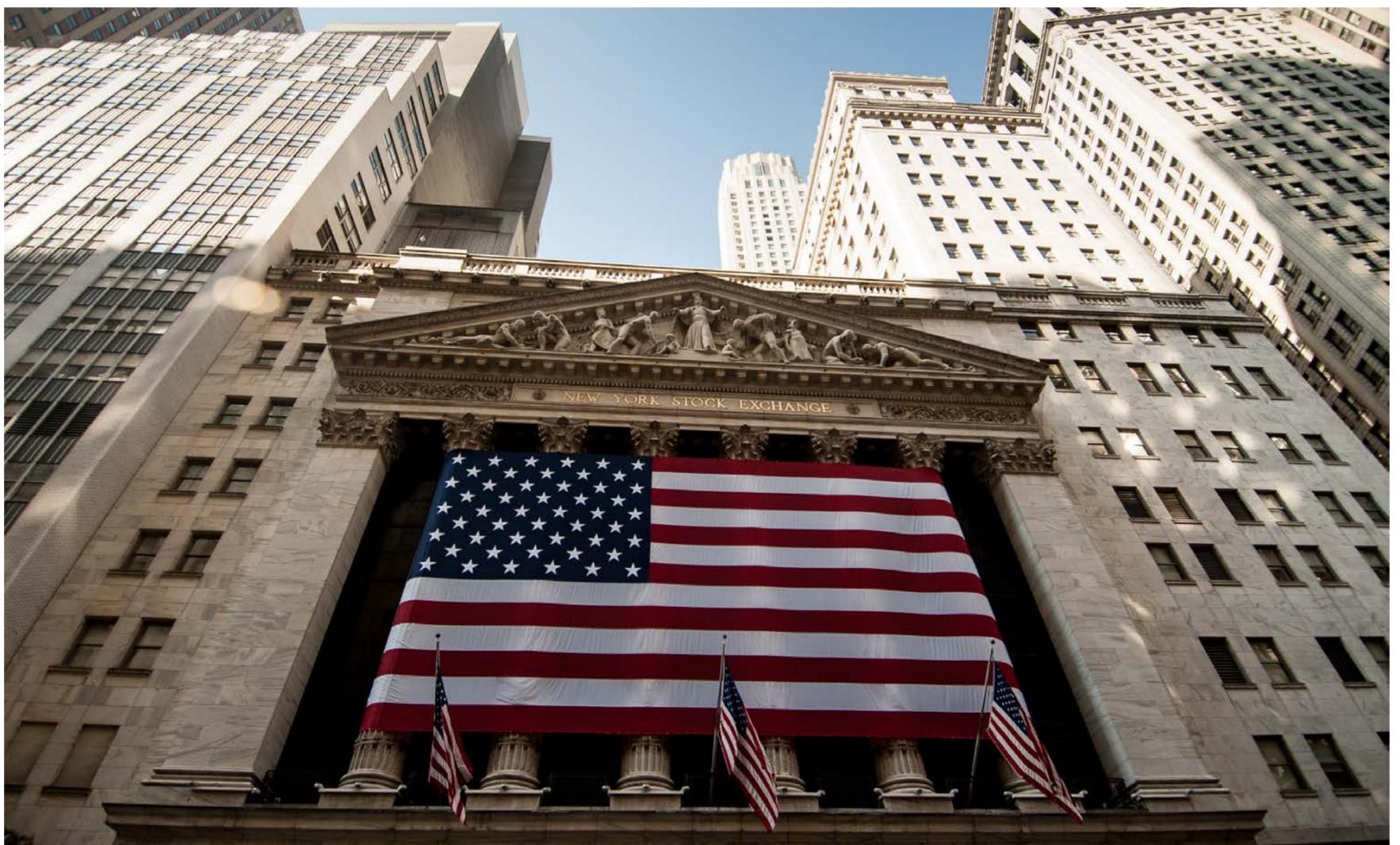
trial articulado desde o 11/09 transformou-se em ferramenta poderosa de inserção internacional dos EUA. Grande parte das informações que circulam pelo ciberespaço passa pela infraestrutura física do país e/ou está armazenada em servidores de empresas estadunidenses. Tal vantagem dificilmente será replicada por outros países.

Mas as ações dos EUA extrapolam os limites de sua própria jurisdição, violam direitos fundamentais de cidadãos americanos e de estrangeiros indistintamente, maculam a credibilidade de suas empresas e alertam para as contradições do discurso de seus representantes em relação à abertura e à interoperabilidade da Internet, o que, por si só, pode enfraquecer o país internacionalmente.

Nesse processo, é imperativo que o Brasil se posicione: ao mesmo tempo que deve cobrar explicações pelos canais diplomáticos e incentivar o desenvolvimento da indústria nacional de TI como forma de reduzir as vulnerabilidades criadas a partir da dependência excessiva de soluções estrangeiras, deve também enfrentar com seriedade os esforços internacionais pela institucionalização de mecanismos democráticos, multissetoriais, transparentes e abertos de governança da Rede. No plano doméstico, é crucial a aprovação do Marco Civil da Internet (que consagra direitos e deveres dos usuários e dos operadores da Rede no Brasil). Além disso, o Brasil conta com um Comitê Gestor para a Internet (CGI) que é modelo de excelência na articulação dos setores sociais envolvidos no avanço e no desenvolvimento da Internet no país. Pela complexidade da questão, o CGI parece ser o órgão mais adequado para assessorar o Ministério das Relações Exteriores, a Presidência da República e o Congresso na formulação de políticas voltadas para a Internet daqui para frente.

¹Doutorando do PPG Ciência Política UFRGS

²Doutorando do PPG Estudos Estratégicos Internacionais UFRGS





O desafio da terceira idade

Assistência *As dificuldades e o papel social das entidades que trabalham no cuidado de idosos*

Samantha Klein

O envelhecimento da população traz problemas que vão além do inchaço sobre o sistema de saúde e a previdência social. Em um país de desigualdades, como nossos idosos são tratados durante aqueles que não são necessariamente os últimos anos de vida? Afinal de contas, as pessoas vivem cada vez mais. Com uma parcela da população que ultrapassa os 20 milhões acima dos 60 anos e um Estado que não consegue financiar todas as necessidades sociais, as entidades filantrópicas têm suprido parte do problema.

Livre aos 70 – “Ele é meu ídolo preferido. Ai, como canta bem e é tão lindo!”, suspira Marlene Aguiar da Silva ao lembrar da voz aveludada de Cauby Peixoto. Tendo crescido sem muitas chances de dançar devido às proibições impostas pelos pais, aprendeu a cantar. E foi cantando entre dificuldades e abandonos que hoje acredita estar no paraíso. Praticamente cega, aprendeu como poucos a circular livremente pela casa lar onde vive há nove anos, depois de ter sido retirada de uma condição de vulnerabilidade social quando residia em Viamão. Desde então, é como se sentisse a liberdade pela primeira vez.

Aos 70 anos, ela diz nunca ter tido sorte no amor. Mesmo assim, teve dois namorados nos últimos anos de vivência na casa. “Com um deles, durou dois anos; com o outro, meses. Mas agora estão todos no céu”, conta rindo, sem qualquer dor ou rancor. Há mais de três décadas, a paixão que a estremeceu de verdade veio de repente da mesma forma como acabou. “Quando ficamos juntos, houve um ‘barulho’ tão grande, você nem imagina. A família fez uma tormenta e tanto. Mas nem liguei para o temporal porque o amor era mais forte.”

Apesar de ter cultivado muitos amigos e alguns amores, somente a irmã a visita quando consegue uma carona. Quanto ao afeto, Marlene exalta a companhia dos funcionários e voluntários do Lar do Cego Idoso, localizado na zona norte de Porto Alegre. Para aproveitar os longos dias, ela afasta a solidão ajudando na lavanderia, dobrando as roupas secas. “Ultimamente, só tenho tomado chimarrão com as gurias, já que a área está em reforma. Além de vir para cá, também gosto de caminhar e dos lanches, que são muito bons.” Como costuma ressaltar, mesmo com dificuldades físicas, Marlene afirma que “nem liga, pois agora está ‘solta das patas’, livre como não foi durante uma vida inteira”.

As instituições e a doação – Marlene vive na residência que surgiu a partir da Associação Louis Braille. Quando o lar de longa permanência foi criado nos anos 2000, previa abrigar 70 idosos



FLAVIO DUFRAY/JU

Marlene Aguiar da Silva reside há nove anos no Lar do Cego Idoso e diz desfrutar de uma liberdade que nunca teve na vida em família

cegos ou com baixa visão. No entanto, em função das dificuldades financeiras, apenas 43 moradores são mantidos na casa. Para atender a todas as necessidades que se ampliam por conta da deficiência visual, trabalham 29 funcionários, além dos voluntários. O lar se sustenta basicamente com doações e verbas de projetos contemplados em editais de entidades públicas ou privadas. “Temos colaboradores que são fundamentais para tocar a casa, mas precisamos de mais profissionais para formular outros projetos que possam arrecadar recursos para melhorias, como o que conseguimos para a lavanderia, contemplada com R\$ 59 mil para a reforma”, explica o coordenador Valdeci Manuel da Silva.

Para impulsionar os donativos, um informativo é elaborado com a ajuda de uma jornalista voluntária. No jornal trimestral, um carnê é enviado para as pessoas colaborarem com alguma quantia em dinheiro, que é usada para pagar contas como as de luz e dos alimentos. Porém, neste ano, nenhuma edição do *Terceira Visão* foi impressa, isso porque não houve patrocinadores interessados.

Mesmo instituições lembradas como referência em acolhimento, como o Asilo Padre Cacique, situado no bairro Menino Deus, dependem de constantes campanhas para sustentar as condições de atendimento aos moradores. Apesar das diversas atividades que proporciona aos 150 internos, que incluem fisioterapia, cancha de bocha, piscina aquecida e bailes, o asilo é mantido fundamentalmen-

te por doações. “As organizações sociais têm de ser criativas. Prestamos um papel social que deveria ser do governo, mas recebemos pouco em troca. Para atingir os R\$ 350 mil mensais de manutenção do lar, contamos com a ajuda de empresas e pessoas físicas, eventos e projetos que inscrevemos no Fundo Municipal do Idoso – em que há parcela de incentivo fiscal para doações, além do programa Nota Fiscal Gaúcha”, ressalta a superintendente Cristina Pozzer Mesquita.

Trabalhar com os mais velhos pressupõe doação e paciência

Maria da Graça Turck

Os entes públicos também têm para si a responsabilidade de abrigar idosos com carência financeira ou vítimas de violência. Na capital, a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) encaminha necessitados para lares públicos por intermédio de avaliações sociais. São mantidos convênios com entidades filantrópicas, porém o repasse atinge cerca de 1/3 do custo para manter o atendimento integral. “Se fôssemos cobrar, teria de custar cerca R\$ 2,6 mil ao mês”, constata Cristina. Já

em casos de idosos carentes impossibilitados de se locomover ou com doenças graves, a Promotoria de Direitos Humanos do Ministério Público pode obrigar o estado ou o município a pagar um leito em uma clínica.

Filantropia e engajamento – Termo de origem grega, filantropia significa “amor à humanidade”. É uma atitude de ajuda ao próximo e não deve ser confundida com responsabilidade social das empresas. A filantropia está diretamente relacionada ao Terceiro Setor e tem por objetivo chegar onde o governo não consegue. Já a assistência social é um direito previsto em lei, ao contrário do assistencialismo, que de forma recorrente pode solicitar algo em troca.

É o assistencialismo ou o propósito marqueteiro que os assistentes sociais combatem quando se trata de lares para abrigar pessoas da terceira idade. Doutora em serviço social, Maria da Graça Turck tem larga experiência no trabalho em lares e delegacias do idoso e acredita que falta humanidade em alguns locais destinados à permanência. A perita social, acostumada a lidar com os mais diversos conflitos e casos de violência, recorda de ter chorado por horas após uma visita a um dos lares em Porto Alegre – nenhum dos citados nesta reportagem. “Não é porque as pessoas estão lá dentro que precisam ser chamadas de vovó se você não é neto. Com essa falta de individualização, se desmancha a história pessoal, o que imbeciliza os idosos. Quando um monte de roupa é

lavado e distribuído sem critério, mata-se a identidade deles.”

No país, 65% dos lares para idosos são vinculados a instituições filantrópicas. Um levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que somente 218 asilos são públicos, o que demonstra a importância das entidades de caridade. “Apesar das dificuldades, é mais fácil firmar parcerias com empresas e universidades para fornecer um acompanhamento de qualidade. Por isso, essas entidades vão persistir como referência em acolhimento”, sublinha o coordenador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento da UFRGS, Johannes Doll.

Na essência, as casas para abrigar idosos surgem de um sentimento de bondade e indignação perante uma injustiça social. A assistente social lembra que o histórico dessas organizações foi construído a partir da motivação pelo resgate de direitos sociais dos públicos excluídos. “Existe o Estatuto do Idoso, mas alguém se indignou com a situação de desamparo dessa população. Para criar algo, tem de haver motivação e amor pelo próximo. Mas a questão é como o processo se constitui e como se administra, porque trabalhar com os mais velhos prevê mais do que conhecimento, pressupõe uma disponibilidade interna de doação e paciência.” Maria da Graça acredita nas boas intenções de alguns voluntários e gestores, mas ressalta que as pessoas não precisam de pena, precisam de respeito e compaixão.



JUNIOR SÉRGIO SCHNEIDER/ZU

Pablo Leonardelle, estudante de Engenharia Elétrica que finaliza as pesquisas em laboratório para o trabalho de conclusão de curso



que isso não se refere ao caso dele, mas é comentário recorrente entre colegas. O ponto de partida para ele foi uma disciplina em que o professor (que viria a ser seu orientador) expôs uma variedade de projetos de instrumentação. “Meu TCC tem este nome complicado de *Plataforma de força de pequeno porte com um sistema de gravação de dados no cartão USB*, que deve basicamente servir para medir a força da passada de uma pessoa caminhando.”

Pablo aproveita o horário entre a aula da manhã e o almoço em atividades no laboratório, em meio a ferramentas e peças utilizadas em seus experimentos. Segundo ele, nas engenharias, algumas das dificuldades para iniciar o trabalho de conclusão estão em encontrar materiais e equipamentos, que muitas vezes precisam ser importados de cidades distantes. Saindo do laboratório, já em casa, o que sobra de tempo à noite é utilizado pelo estudante para as leituras e a escrita relativas ao TCC. “Do que aprendemos na engenharia, o mais importante é você saber avaliar o que fez, se está certo ou se está errado, e o porquê disso”, fala ao comentar sobre o processo de execução do projeto.

Já no caso de Nara, a dificuldade no TCC está na formatação e em relacionar, via escrita, as referências bibliográficas relevantes. Quanto à delimitação do tema, não enfrentou problemas, uma vez que parte de seu foco de pesquisa começou ainda no período em que cursou Arquitetura até o 6.º semestre em universidades privadas. Essa bagagem, experienciada em outro curso, foi inclusive destacada nas conversas com seu orientador, quando chegaram à conclusão de que era preciso redirecionar o enfoque da Arquitetura à Museologia.

Futuramente, o estudante de engenharia elétrica acredita que sua pesquisa de final de curso possa ter desdobramentos profissionais ou mesmo acadêmicos em posteriores trabalhos de mestrado e doutorado. Tal é a situação hoje de Nara Witt, que atualmente frequenta uma disciplina como ouvinte na Faculdade de Educação (Faced), tendo em vista o mestrado, no qual pretende continuar estudando as relações entre patrimônio, educação e cultura visual urbana.

Gustavo Duarte Fagundes, aluno do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico

Hora de tececer

Graduação

Os desafios da hora de produzir o trabalho de conclusão

O Trabalho de Conclusão de Curso, TCC, é o momento em que o aluno vai sintetizar o desenvolvimento alcançado ao longo da sua formação, retomando as obras lidas em diversas disciplinas, com novas referências trazidas na orientação ou correndo atrás de parafênias tecnológicas com as quais montará o projeto de final de curso. Seja qual for a graduação cursada, todos chegarão a essa desafiadora antessala da formatura.

De acordo com o pró-reitor de Graduação (Prograd), Sérgio Franco, hoje os cursos de educação superior, no geral, estão vinculados

às diretrizes curriculares nacionais, nas quais aparece a obrigatoriedade do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). As atuais normas foram regulamentadas com a Lei de Diretrizes e Bases (de 1998). Antes disso, os cursos tinham um Currículo Mínimo, que corresponde ao conjunto de regulações que estabelece uma base comum, no plano nacional, para os cursos de graduação, a partir da qual cada Instituição de Ensino Superior (IES) elabora seu Currículo Pleno.

O pró-reitor comenta que em alguns poucos cursos existia, no seu currículo mínimo, a previsão de uma monografia ao final. “Fiz duas graduações. Uma delas foi a de Filosofia, que envolvia a produção de monografia. A experiência foi sensorial e serviu de base para o meu mestrado. A outra foi a de Psicologia, que na época não exigia o TCC, apenas um relatório, em função do próprio estágio”, ilustra.

Conforme Daniela Cidade, coordenadora da Comissão de Gra-

duação de Arquitetura, e Gilberto Cabral, professor e arquiteto, sempre houve trabalhos de conclusão em sua unidade, anteriormente denominados diplomação. “Nos anos 1970, o processo já existia: fechávamos créditos num semestre e no outro trabalhávamos unicamente na produção final”, comenta Cabral. Ambos os professores ressaltam a peculiaridade do TCC para os futuros arquitetos, dizendo que as apresentações geralmente envolvem perspectiva, animações gráficas de computador, detalhamento técnico.

Sérgio Franco, professor da Faculdade de Educação, salienta ainda a importância do envolvimento do aluno em atividades de iniciação científica, de extensão e mesmo nos estágios de seus respectivos cursos. “Eu conheço trabalhos sensoriais porque refletem toda a caminhada daquele aluno”, argumenta. “O que subsidia o TCC é a dedicação do aluno e a relação com o seu orientador”, completa.

Definições – Nara Beatriz Witt, do 8.º semestre de Museologia, concorda com o pró-reitor: “É muito importante a escolha do orientador em função do tema no qual o aluno quer trabalhar”. Para ela, isso ainda é mais especial porque sua graduação, criada em 2008, é recente. “A pesquisa em meu curso está com o caminho aberto. Na aula de cultura visual, vejo que não tem muitos assuntos relacionando museu e cultura visual.” Nesse sentido, ela afirma que aquele que investiga em Museologia começa a construir um conhecimento que ainda não existe. “Há pesquisas semelhantes à minha na área da História da Educação, mas com o olhar da Museologia são pouquíssimos estudos”, acrescenta.

Por outro lado, para Pablo Leonardelle, do 10.º semestre de Engenharia Elétrica, não basta o orientador dominar o tema de interesse do aluno, ele precisa estar disponível para prestar a orientação. Ele faz questão de frisar, no entanto,

Dois-pontos

Antônio Falcetta, revisor
antonio.falcetta@secom.ufrgs.br

► Ler é preciso

Se o rio não é mais o mesmo, o leitor menos ainda. Não há, pois, como olhar com olhos de ontem para dizer dos leitores de hoje: que não leem ou que leem pouco. Acho mais pertinente colocar em xeque a qualidade da leitura. Não é o que vou fazer aqui. Certo é que não se desinventou nem foi prescrito o ato de ler. Ampliaram-se, porém, os meios. Há, assim, um cardume de pequenos textos que nos invade pela publicidade, pelas mídias, pelas tecnologias da comunicação. Tempos nervosos, ansiosos, rápidos. Obviamente os leitores de hoje não são os mesmos que os de ontem; todas as gerações podem dizer essas coisas! Comparações, contudo, nem sempre são

metodologicamente produtivas. As gerações que se alfabetizaram debruçadas em tecnologias eletrônicas têm outro modo de se relacionar com a cultura, com a educação e, por conseguinte, com a leitura. A geração que cresceu à frente da televisão também trouxe mudanças de hábitos.

Considerando-se o livro uma tecnologia, a sua difusão certamente provocou mudanças nos rituais sociais. E deve ter havido quem reclamasse desse estranho hábito que tirava o espaço de convívio e conversação no reduto familiar. Entre os livreiros, o fenômeno da menor procura pelo livro preocupa: o Instituto Pró-livro, na pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, considera leitor o indivíduo que lê (magros) quatro livros por ano. Mas o que parece

acusar o golpe é a leitura de textos longos – romances, novelas e, por extensão, dos clássicos. Seria isso uma manifestação contra a cultura dominante?

Afora os bestsellerizados, os textos helpself e os de literatura com temáticas fantásticas, há pouca procura por textos de fôlego. Será um problema de forma ou de conteúdo? O preço pouco acessível do livro e a escolarização deficitária que não forma nem leitores proficientes nem desejosos devem ser considerados. A leitura demanda amadurecimento, e queimar etapas nesse processo pode ser danoso. Ler um clássico sem o preparo necessário pode selar o acesso voluntário aos textos que conformam a literatura universal.

Seriam os estilhaços de vozes, os

fragmentos de ruídos e imagens as novas unidades, inclusive, do discurso? Falta concentração? Mas a geração Y não fica horas em games? Prefiro considerar que se produzem mais textos menores, que se lê muito e que a palavra escrita ganha consistência com as possibilidades da multimídia. E ainda há os muito apaixonados pela leitura. É necessário, portanto, que se tenham livros ao alcance e de todas as temáticas. Em tempo de muita circulação de textos, temos de qualificar e talvez ressignificar o espaço da leitura. E repensar com urgência o lugar dos textos para a construção das identidades.

Possível juízo a ser emitido daqui a uns dez anos: “Vê só, essa geração de *hoje* não curte mais games. Onde vamos parar!”

Mediadores de conflitos

Protagonismo estudantil

Grupo do SAJU é formado para evitar cultura da judicialização

Quando questionados sobre a experiência de intermediar encontros destinados à solução pacífica de conflitos, os quinze estudantes que integram o Grupo de Mediação (GM) são unânimes: é uma tarefa muito gratificante. O Grupo é um dos eixos autônomos que compõem o Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da UFRGS (SAJU), programa de extensão formado por alunos de diferentes cursos e universidades que presta auxílio gratuito a pessoas em situação de vulnerabilidade e com baixa renda. Os jovens logo ressaltam, porém, que a mediação ainda é um conceito muito pouco trabalhado durante o curso de Direito. “A inclinação dos professores é sempre ensinar a como resolver situações de maneira formal”, diz Julia Magalhães, vice-coordenadora discente do SAJU e membro do Grupo de Mediação. Muitos comentários acerca do assunto expõem a inquietude da nova geração de advogados, que não mais se contenta em ficar na sala de aula esperando uma mudança no currículo acadêmico.

O GM foi criado não apenas para responder a essa insatisfação, mas também após alguns estudantes observarem a existência de uma crescente “cultura da judicialização” na sociedade contemporânea – e a ideia *a posteriori* de promover um espaço justamente para evitá-la. O Grupo é considerado novo – surgiu em 2010 (o SAJU, em 1950) – e possui um caráter interdisciplinar. “A mediação não cobra um saber específico, é um saber do ser humano, que exige sensibilidade”, diz Jéssica Becker, estudante de Psicologia da UFRGS. Os integrantes atuam como mediadores a partir de um processo



Por meio de encontros semanais, estudantes discutem formas de solucionar litígios e assim evitar a sua chegada aos tribunais

intitulado Solução de Conflitos, baseado na chamada Cultura de Paz: “Trata-se de fazer com que as pessoas se escutem a partir do diálogo”, defende Julia Ritter, hoje no 9.º semestre de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP).

Encontros e debates – Segundo Julia Magalhães, a capacitação dos integrantes é constante e realizada nos encontros semanais por meio de textos, debates e conversas com convidados que trabalham na área. As reuniões ocorrem às terças-feiras pela manhã, momento também destinado a discussões de estratégias futuras, como a divulgação do trabalho realizado pelos estudantes.

Características como pluralismo de opiniões e horizontalidade também são enaltecidas. Por um breve período, o trabalho foi feito com a presença de alunos monitores. “Acabamos extinguindo essa

função, uma vez que o objetivo é que não exista hierarquia alguma aqui dentro”, diz Jéssica. São colocadas em pauta, ainda, questões relevantes e presentes nos processos de mediação. Sobre o porquê da tendência à apelação ao judiciário, por exemplo, os integrantes do GM acreditam que grande parte da população relaciona o formalismo que rege uma sentença a questões como vingança, segurança e punição. “É mais fácil responsabilizar o juiz do que arcar com a responsabilidade de certas decisões”, defende Julia Ritter.

Outro aspecto fundamental para o funcionamento do Grupo de Mediação é a divisão de eixos: existe, primeiramente, a divulgação, pois o grupo ainda conta com pouca visibilidade; a mediação comunitária, responsável por realizar oficinas de conscientização em comunidades carentes; a mediação escolar, que visa disseminar entre crianças e adolescentes a cultura

da não violência (um dos projetos já está sendo colocado em prática no Colégio de Aplicação); e a Mediação no SAJU, que realiza atendimento a pessoas de baixa renda. A preocupação com o viés social é o que move os integrantes. “Participar do grupo estimula a consciência social”, resume Julia Ritter, lembrando que, durante a próxima seleção, que deve ocorrer neste mês, a proposta é estimular o aspecto multidisciplinar, com vagas abertas a todos os cursos.

Contribuição acadêmica – Outra integrante do Grupo de Mediação, Júlia Freitas, está no 9.º semestre de Direito da PUCRS. A jovem optou por integrar o SAJU em função da autonomia dos alunos que gerem a atividade na UFRGS. “Na PUCRS, há o SAJUG, com um forte caráter institucional, tratando-se de uma disciplina eletiva do currículo”, explica a estudante. Questionadas sobre a

experiência de participar do projeto, ambas são unânimes: o SAJU foi um divisor de águas no período acadêmico. Julia Ritter conta ter passado a valorizar muito mais as aulas: “Voltei a me empolgar com o conteúdo”. Quando Júlia Freitas juntou-se ao GM, estava cursando o 7.º semestre e pensava até em trancar o curso, priorizando sua segunda faculdade, Filosofia, na UFRGS. “Foi após a minha entrada no Grupo que pude ver que ainda é, sim, possível auxiliar a população mais carente. É aquela ideia um pouco utópica de mudar o mundo, desencorajada durante as aulas pelos professores”, comenta sorrindo.

O desejo de impactar positivamente a comunidade mais vulnerável está muito presente: os clientes de baixa renda geralmente não têm condições de pagar por advogados. Na maioria dos casos, são casais em separação, lidando com a divisão de bens ou a guarda de um filho. Por ser pouco divulgada, dificilmente quem procura por auxílio do SAJU busca a mediação. Somente a partir da explicação dos secretários (capacitados por mediadores) de que talvez exista uma solução alternativa ao problema exposto é que ocorre a demanda. O próximo passo, então, é a reunião do grupo, que discute para decidir se o caso pode ser considerado de vulnerabilidade – tanto no que tange ao plano econômico quanto ao psicológico. Julia Magalhães defende que os “atendimentos são marcados quando há interesse de ambas as partes de forma totalmente voluntária”.

Rafaela Pechansky, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico

Mediação x conciliação

A mediação, em geral, desenvolve-se durante três encontros, que poderão ser reduzidos ou ampliados, dependendo da demanda dos participantes. Durante o processo, podem ocorrer sessões privadas, se necessário, em tempos e quantidades iguais. É importante ressaltar que o conteúdo da mediação é sigiloso, não podendo ser utilizada qualquer informação dentro do processo posteriormente, bem como o depoimento ou a informação dos profissionais que tenham participado do Grupo. Conforme a estudante de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério

Público (FMP) Julia Ritter, “a mediação poderá ser interrompida pela equipe caso não ocorra respeito e cooperação entre as partes ou, ainda, no caso de riscos à integridade física e/ou psicológica dos participantes”. Assim, também, caso um dos participantes não esteja satisfeito com o encaminhamento da sua situação, poderá solicitar a interrupção do atendimento.

Os estudantes que integram o Grupo de Mediação ressaltam, ainda, a importância de estabelecer a diferença entre os conceitos de mediação e conciliação. Em ambos os casos, as partes submetem

voluntariamente um conflito à solução por intermédio de um terceiro, facilitador do entendimento, que lança mão de técnicas adequadas. Na mediação, porém, não ocorrem interferências ou sugestões para a solução do conflito – os mediadores exercem um trabalho imparcial e neutro, enquanto, na conciliação, o terceiro tem a iniciativa de propor às partes a solução para o conflito. “É tratar a questão em um clima de respeito e cooperação mútua, visando à construção de um acordo benéfico aos participantes”, resume Júlia Freitas, aluna de Direito da PUCRS.



PAULO WAQUIL / ACERVO PESSOAL

Mais próximos da China



Estudantes que estiveram no Top China 2013 experimentaram desafios fora do ambiente acadêmico, onde o domínio do inglês não basta para garantir a comunicação

Cooperação Universidade incentiva estudantes e professores a conhecerem a cultura milenar

Jacira Cabral da Silveira

Viver o dia a dia de um estudante chinês foi um dos aspectos que chamou a atenção da acadêmica de Direito da UFRGS Paola Goetz Jones durante sua participação do programa Top China 2013, promovido pelo Santander. Apaixonada por idiomas, ela fala inglês e espanhol e estuda mandarim na Universidade. Confessa que de início era só uma questão de curiosidade, mas, depois dessa experiência, percebeu o quanto o conhecimento da língua e também a aproximação com a cultura chinesa podem ser decisivos em seu futuro profissional: “Já considero a possibilidade de trabalhar em direito internacional”, comenta.

Paulo Dabdab Waquil, docente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, dividiu a coordenação do Top China 2013 com o professor Luiz Fernando de Abreu Cybis, do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Universidade. Segundo Paulo, que durante o intercâmbio realizado de 4 a 27 de julho manteve contato com os mais de 70 estudantes brasileiros participantes do programa: “Não foi uma viagem só para assistir às aulas, pois elas poderiam ser ministradas em qualquer lugar. Foi uma integração

cultural mesmo, que ultrapassou a integração acadêmica”. Para ilustrar, comenta os desafios, como o fato de os alunos terem de entrar num metrô lotado e precisarem se fazer entender: “O domínio do inglês vale para o convívio dentro da universidade, mas não para circular pela cidade”, explica. “Eles tinham que apelar para a mímica e tentar se comunicar de uma forma ou de outra”, detalha.

Cooperação – Desde 2005, a UFRGS mantém acordos de cooperação com instituições chinesas de ensino superior. O primeiro foi assinado com a Universidade de Comunicação da China (CUC) pelo Instituto de Letras. O convênio implicava recebermos 24 estudantes chineses do curso de Comunicação, que vieram aprender os idiomas Português e Inglês durante dois semestres. Os acordos mais recentes foram assinados pelo reitor Carlos Alexandre Netto, que acompanhou a missão brasileira na última edição do Top China. Na ocasião, também foi firmado um acordo de cooperação com a Shanghai Jiao Tong University (SJTU) e assinada a carta de intenção com a Peking University (PKU), totalizando 15 atividades de cooperação e intercâmbio.

De acordo com a diretora de Cooperação Institucional do CNPq, a professora Liane Hentschke, a partir de 2009, intensificou-se a aproximação com o país asiático junto à embaixada da China, tendo como um dos objetivos principais a instalação de uma extensão do Instituto Confúcio na UFRGS, o que ocorreu em abril de 2012 com a inauguração de um prédio próprio para esse

fim no Câmpus do Vale. “Isso representa uma universidade em processo de internacionalização, o que não se restringe a trazer estudantes estrangeiros ou a enviar nossos alunos ao exterior, mas considera o fato de ela se sentir internacional, introjetando o senso de pertencimento a uma sociedade global de ensino superior”, interpreta. Além dos cursos de mandarim, o Instituto também disponibiliza três mil livros para consulta e oferece aulas de Tai Chi Chuan (mistura de luta e meditação).

Economia – A China hoje é o maior parceiro comercial do Brasil, particularmente no setor de exportação de produtos agrícolas, chegando a um total de 77 bilhões de dólares, com destaque para a soja. Por isso, o professor Paulo destaca o papel fundamental da aproximação entre os dois países, especialmente na área da agricultura.

Conforme dados de 2011, o Brasil exportou para a China 22 milhões de toneladas de soja em grão, num

valor que ultrapassou os 10 bilhões de dólares; a exportação de frango superou os 420 milhões de dólares; e a de fumo, os 380 milhões de dólares: “Os chineses fumam muito e em qualquer lugar; lá não existem restrições como no Brasil”, informa Paulo, acrescentando que “80% do fumo brasileiro exportado é produzido nos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul”.

Mas, na academia, o interesse pelo intercâmbio vai além do setor agrícola. Desde 2013, um grupo de diferentes unidades da UFRGS mantém atividades de cooperação em Segurança Alimentar com as universidades chinesas Nanjing Agricultural University (NAU), Beijing Technology e Business University (BTBU). O coordenador do Programa de Pós-graduação da Escola de Administração, Antônio Domingos Padula, informa que, além de sua unidade, participam desse grupo o curso de Veterinária, a Faculdade de Ciências de Econômicas, o Instituto de Ciência e Tecnologia de Alimentos (ICTA), o Instituto de Pesquisas Hidráulicas

(IPH) e o setor de Agronegócios da Faculdade de Agronomia. Esse programa compreende visitas de professores da UFRGS às universidades chinesas e vice-versa.

Parceria – Como forma de qualificar o intercâmbio e expandi-lo também aos estudantes, desde o início deste ano a Escola de Administração, em parceria com o Instituto Confúcio, tem cedido salas da Escola para que sejam ministradas aulas de mandarim, preferencialmente para seus alunos. Para o professor Antônio, ao incentivar a aprendizagem do novo idioma, as unidades buscam ampliar a parceria com o país asiático, que já compreende o aproveitamento de créditos para disciplinas cursadas no exterior. Futuramente, ele espera que seja possível a dupla diplomação. Na opinião do professor, tais esforços visam formar lideranças que venham conduzir as relações Brasil e China: “Representam importante desenvolvimento tecnológico, produtivo e econômico, por isso o interesse por intensificar o intercâmbio com as universidades chinesas”.

Acolhida qualificada

Com o olhar voltado também aos chineses que vêm estudar no Brasil junto à UFRGS, Liane Hentschke, ex-titular da Secretaria de Relações Internacionais, destaca o Projeto Câmpus Internacional. Um dos objetivos dessa iniciativa é profissionalizar ainda mais a acolhida, com um trabalho extensivo a toda a comunidade para que melhor receba o aluno estrangeiro. Com relação aos chineses, ela destaca a importância de conhecermos suas características para podermos entendê-los: “Eles vivem numa cultura de comunidade, preferem andar em grupos e são muito cooperativos”, ilustra.

Outra meta da Secretaria, conforme Liane, é montar um sistema de informação unificado sobre a mobilidade acadêmica promovida na Universidade: “Faltam dados, por exemplo, sobre quantos alunos realmente recebemos”. Isso ocorre porque existe muita informalidade na área internacional, principalmente quanto aos alunos de pós-graduação, que fazem contato direto com os professores. “Com esse programa [Câmpus Internacional] a Relinter será a porta de entrada e de saída. Assim, poderemos exibir um portfólio de internacionalização mais completo.”

O que move as revoluções morais

Kwame Appiah
Para o filósofo ganês, a honra desempenha papel fundamental para a ocorrência de rupturas nos costumes sociais

Um dos filósofos mais importantes da contemporaneidade, Kwame Anthony Appiah esteve em Porto Alegre no dia 12 de agosto para realizar uma conferência no ciclo Fronteiras do Pensamento. Filho de uma inglesa e de um africano, Appiah nasceu em Gana e tem uma formação diversa, para além da filosofia: é também especialista em estudos culturais e literários afro-americanos. Atualmente, leciona na Universidade de Princeton. Para um Salão de Atos da UFRGS lotado, ele apresentou as ideias do livro *O Código de Honra: como ocorrem as revoluções morais*, lançado no Brasil em 2012. Na obra, Appiah busca esclarecer o papel da honra para que se efetuem rupturas nos costumes sociais. Em retratos históricos que vão desde a amarração dos pés das chinesas até os duelos da aristocracia inglesa, ele contrapõe conceitos como honra, moral, respeito e identidade. A equipe do JU conversou com o filósofo no dia 13, minutos antes do encontro acadêmico destinado à comunidade universitária, que contou com mediação da professora Jane Tutikian. Nesse dia, o tema do debate voltou-se para questões presentes em seu primeiro livro

lançado no país, *Na casa de meu pai*, que trata da representação da África no Ocidente.

O que define uma revolução moral?

Uma revolução é uma grande mudança em um pequeno espaço de tempo. O que eu entendo por revolução moral não envolve exatamente o plano das ideias, mas o da prática. Isso porque acredito que a realidade é, fundamentalmente, prática. É sobre como nós agimos, sentimos e pensamos. A revolução moral pela qual eu tenho me interessado diz respeito a uma transformação em um tempo relativamente pequeno e à maneira pela qual as pessoas se comportam em relação a questões morais importantes. No meu livro, um dos exemplos é a amarração dos pés das chinesas, prática que deixou de existir. Quando me refiro a um curto espaço de tempo, tenho que considerar que, infelizmente, mudanças de práticas sociais não acontecem em uma semana ou em um ano, mas em vinte anos, uma geração.

No seu livro, o senhor fala que as revoluções morais partem de sentimentos morais privados e acabam se tornando regras públicas. Explique melhor esse processo.

As pessoas frequentemente estabelecem um modo de vida que usam como referência para fazer as coisas e saberem o que é certo e o que é errado. O primeiro passo para provocar uma mudança ocorre quando se percebe que algo não está correto. Mas as pessoas não necessariamente mudam seu comportamento ao saber que algo está errado. O que faz com que um indivíduo perceba que algo está errado para realmente mudar costuma envolver a criação de um

tipo de movimento social, grupos que se unem e comprometem-se para buscar uma nova maneira de fazer as coisas. Na China, quando se tentava pôr fim à prática da amarração dos pés, as pessoas se uniam e diziam: “Nós queremos libertar os pés de nossas filhas, e que nossos filhos casem com mulheres com pés normais”. Ontem à noite, eu falava sobre o término da prática da mutilação genital feminina no Senegal. Lá, a população se uniu e decidiu que deveria fazer algo para evitar aquele costume. Eles se manifestaram publicamente afirmando: “Nós não vamos mais permitir isso”. Então eu penso que é preciso partir da percepção individual de que algo está errado para, em seguida, haver o engajamento e a organização coletiva para fazer algo realmente acontecer.

A revolução moral não envolve o plano das ideias, mas o da prática

O senhor diz que a percepção de que uma tradição deve mudar não é repentina. Desse modo, como se dá a relação entre honra e tradição?

A honra é tradicional em dois modos. Um tipo de tradição é aquela que determina o que deve ser honrado. Em algumas sociedades, as pessoas honradas são as incansáveis; em outras, os honrados são os escritores. É uma questão de entendimento

social. Dessa maneira, podemos concluir que a honra é social. Outro aspecto é que aquilo que você faz quando honra alguém é tradicional. Em alguns lugares, se você quiser demonstrar honra perante alguém, fará uma reverência. Em outros, estalará os dedos quando esta pessoa entrar. São convenções que fazem parte da textura da vida em uma sociedade. Se você quiser mudar algo, isso não pode ser feito em um segundo; vai levar tempo para transformar a tradição. Uma das primeiras coisas a fazer é persuadir as pessoas de que há algo errado com a maneira de organização dessa tradição. Esse processo de ver que as coisas estão erradas não muda por si só. Tudo inicia com o reconhecimento dos erros, mas se tem de fazer com que as pessoas realmente comecem a se mobilizar em relação a isso. O caso da escravidão nas Américas, por exemplo, era um sistema de honra. Desonrava os escravos e honrava os que não eram escravos. As pessoas conseguiam ver qual era o problema com esse sistema, algumas desde o começo. Quer dizer, na maioria do tempo em que a escravidão existiu nas Américas, houve quem se opusesse. Mas passar desse reconhecimento para realmente acabar com o problema é algo bem mais complicado.

Ontem o senhor falava de um sentimento ambíguo de orgulho e vergonha que pode existir entre indivíduos de uma nação. Como isso ocorre?

Uma das maneiras pela qual honra e moral se diferenciam é que, na moralidade, quando todas as coisas são consideradas em conjunto, há normalmente uma resposta certa, há um modo de agir

que se deve adotar, levando-se em conta outros tantos fatores. Então, penso em toda a moralidade e digo, por exemplo, “sim, eu devo dar dinheiro a essa causa” ou “não, eu não tenho que dar dinheiro a essa causa”, ou ainda “estou livre para dar dinheiro a essa causa ou não”. São essas as opções. Com a honra, especialmente a honra nacional ou a honra de grupos, eu posso, ao mesmo tempo, ter tanto orgulho quanto vergonha em relação ao que meu grupo está fazendo, sem haver contradição.

A honra é uma espécie de bagunça, enquanto a moral é algo organizado

Posso estar orgulhoso porque meu país esteja indo no sentido da igualdade racial e posso estar envergonhado porque o meu país tem um histórico de injustiça racial. Essas são duas possibilidades igualmente reais de como eu me sinto em relação a isso. Algumas vezes eu foco na vergonha, outras, no orgulho, e não há regra sobre o que eu tenho de pensar a esse respeito: do ponto de vista da honra, sou totalmente livre. Assim, a honra não termina na soma de todas as coisas. Posso ter orgulho do meu país, da minha família, da minha igreja e sentir vergonha ao mesmo tempo, não exatamente no mesmo momento, porque eu preciso sentir cada coisa em momentos distintos. Mas quando estou em um grupo de pessoas que são cidadãos do meu país e estou pensando no que fazer, o fato de alguma coisa que está acontecendo ser fonte de vergonha para nós, como americanos, pode ser uma das coisas que nos faça agir, protestar, falar com representantes, votar em pessoas. Então, honra é uma espécie de bagunça, ao passo que a moral é algo organizado, e isso leva a ter muitos sentimentos. Por exemplo, tenho orgulho de tal coisa a respeito do meu país, tenho vergonha de tal coisa, etc. Todos esses sentimentos são reais, e eu preciso negociar. E essa é uma das razões por que é difícil mobilizar pessoas. Contudo, você só pode sentir o sentimento de vergonha em relação ao seu país se você se preocupa com ele. Isso não é um modo de não se preocupar com o seu país, mas, ao contrário, de se preocupar realmente com ele. Então, também é patriótico você sentir vergonha das coisas ruins de seu país. É patriótico, e, quando funciona, quando isso trabalha para o bem, você sentirá que está agindo da maneira correta.

O especialista em estudos culturais participou de um encontro acadêmico realizado na Sala II do Salão de Atos



Júlia Corrêa, aluna do 6.º semestre de jornalismo da Fabico / Colaborou: Igor Porto (Agendão UFRGS)

Marcas (a serem) cicatrizadas

Chile

Após 40 anos do golpe militar, os reflexos da repressão permanecem marcados na sociedade e nas vítimas

Samantha Klein

O processo sobre a morte do músico e compositor Víctor Jara ainda se arrasta na Justiça chilena, passadas quatro décadas do golpe militar que, segundo a Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura, matou mais de 40 mil pessoas. Ainda nos anos 60, a Nova Canção Chilena se tornou referência de contestação social, por denunciar as precárias condições de grande parte da população rural e urbana. Quando eclodiu o golpe e os soldados buscaram artistas, inclusive nas universidades, para levar aos estádios, Víctor Jara se tornou o símbolo da brutalidade que se instalava no país. O autor do verso *Y mis manos son lo único que tengo* teve os dedos esmagados e os pulsos quebrados pelos soldados antes de ser morto.

Por isso, René Cabrales se acostumou a dizer que todo mundo tem direito a uma nova história e a uma nova geografia. E tomou a sentença como lema depois de mais de 35 anos longe de seu país natal. No Brasil, construiu uma nova vida e foi adotado por outro povo. Tendo trabalhado como um dos fotógrafos que cobriu o golpe civil militar do dia 11 de setembro de 1973, Cabrales hoje tem orgulho de dizer que é brasileiro.

Estudante de Medicina na década de 1970, descobriu na fotografia a paixão profissional e na militância uma razão para existir. Ele clicou outras revoluções, como o movimento estudantil da Paris de 1968 e a Primavera de Praga. No Chile, o trabalho começou pelo interesse da agência France-Presse (AFP) em retratar o sistema de saúde do governo Allende. Quando as reportagens sobre os hospitais de campanha montados em comunidades mais pobres acabaram, a cobertura

da AFP prosseguiu, pois o clima bélico que pairava em Santiago tornava a atmosfera golpista quase inevitável, principalmente após a primeira tentativa malsucedida em 27 de junho daquele ano.

Quando o Palacio de La Moneda foi bombardeado, a imprensa nacional e estrangeira se reuniu no extinto Hotel Carrera para cobrir de perto a derrocada do primeiro governo socialista constitucionalista do continente. Cabrales fez a cobertura da famosa coletiva de imprensa com Augusto Pinochet que, de óculos escuros, afirmou que a missão da Junta Militar, que reunia as forças armadas e os *carabineros*, era “extirpar o câncer marxista”. O fotógrafo ainda teve tempo de transitar pelo *Estadio Nacional*, principal símbolo da tortura e dos fuzilamentos que chocaram o mundo.

Dois dias depois da ascensão de Pinochet ao poder, começou a repressão à imprensa. Jornais foram fechados, correspondentes internacionais deportados e os jornalistas chilenos condenados à prisão. Cabrales resistiu enquanto pôde falando francês, mas, ao mostrar a documentação, teve o mesmo destino. Primeiro foi levado ao *Estadio Nacional* e depois para Tres Álamos, um campo de prisioneiros políticos. Saiu de lá somente em março de 1974, depois de uma visita da Cruz Vermelha e do apelo da AFP. “A voz e a presença de brasileiros era massiva nos estádios. Os próprios brasileiros torturaram os chilenos”, relata, comprovando que, além dos EUA, o Brasil apoiou o golpe da direita. “Não conheço uma única pessoa que não tenha sido selvagemamente torturada. Junto a isso, existe um clima de impunidade, pois agentes que torturaram e mataram ainda vivem lá e nada vai acontecer com eles.” Durante o período em que ficou preso, René soube que sua namorada havia sido uma das vítimas dos fuzilamentos.

Quando resolveu morar no Brasil, no final dos anos 70, depois de ter-se exilado na Argentina e na França, já tinha conhecido a brasileira com quem teve duas filhas. Foi assim que encontrou pessoas e lugares para traçar uma nova história. “Sou brasileiro. Agradeço ao Brasil e às pessoas que me acolheram sem pedir explicações sobre minha vida anterior.” Mas não conta detalhes dos dias em que passou no *Estadio Nacional* ou em Tres Álamos nem para os mais próximos. A dor, para René, precisa ser combatida com o esquecimento e o silêncio.



A obra acima integrou a exposição *La Memoria Herida*, exibida no Museu da UFRGS em 2003

O cenário que motivou o golpe

O Chile de Salvador Allende não poderia durar muito tempo. As forças de embate naquele período eram fortemente impulsionadas pelo capital norte-americano e por uma classe oligárquica que não aceitaria perder vantagens sociais. O primeiro regime socialista a alcançar o poder sem o uso de armas tentava redistribuir a riqueza, o que causou rejeição.

O projeto da “via chilena” visava transformações sociais e econômicas dentro dos próprios limites constitucionais. A medida de maior impacto foi a desapropriação de multinacionais do setor da mineração. Uma lei previa que as empresas com lucros exorbitantes poderiam perder a propriedade, mas fiscalizações nunca tinham sido realizadas durante os governos anteriores.

Já nos primeiros meses do novo governo, a intervenção nos setores industrial e fundiário foi intensa. Bancos também foram estatizados. Em represália, boicotes levaram ao caos econômico. Latifundiários exportaram gado ilegalmente para a Argentina, e alimentos eram “escondidos” para criar desabastecimento artificial.

Por outro lado, enquanto a maior parte das nações latino-americanas estava sob ditaduras militares, o Chile era o porto seguro para exilados socialistas de todo o continente. No momento do golpe, havia entre três e cinco mil brasileiros no país andino: “A embaixada brasileira era o quinto homem da Junta Militar”, comenta o historiador da UFRGS Enrique Padrós, ao ressaltar o apoio da ditadura de Médici aos militares chilenos.

Herança política e econômica

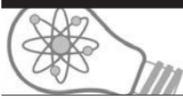
O Chile, conforme o professor Padrós, é extremamente dividido no âmbito político. O próprio neoliberalismo é uma consequência do embate de forças sociais. Apesar da esperança que a Unidade Popular trouxe à parte dos chilenos no período em que prosperou no governo, os estudantes que reivindicam desde 2011 uma reforma universitária não clamam por um novo Allende. Isso porque, na visão da historiadora Verónica Valdivia, a coalizão formada durante os anos da “via chilena” se tornou um trauma.

No imaginário de parte da população se consolidaram as posições de quem viveu a realização de uma utopia. Já para outra parcela o período foi sinônimo de questionamento do capitalismo, da propriedade privada e de todos os valores de uma sociedade baseada no consumo, em que se vislumbrava a instalação de uma ditadura comunista. “Nas mobilizações estudantis desses últimos anos, a figura de Allende está presente no que concerne à preocupação com os pobres e os direitos sociais que foram implementados durante

seu governo, como o acesso à educação e à saúde de qualidade. Apesar disso, ele não é sinônimo de uma reivindicação majoritária. A rebelião estudantil está inserida num mundo globalizado, com suas desigualdades. Allende é um exemplo, mas os estudantes não estão pedindo a via socialista de fato”, considera a professora da Universidad Diego Portales.

O Chile segue adotando o modelo de economia neoliberal inaugurada no continente durante a era Pinochet. Conforme Padrós, o país foi inserido nesse sistema antes mesmo

da Inglaterra. “De um país semi-industrializado, a economia chilena se tornou exportadora primária, inclusive com a inserção de novos produtos agrícolas para fornecer aos mercados asiáticos. O parque industrial estatizado foi destruído, e os serviços de saúde e educação, privatizados. O Chile foi um laboratório das políticas neoliberais e atravessou quase duas décadas com o discurso da eficiência para o mercado. Quando acabou a ditadura, cerca de 40% da população estava abaixo da linha da pobreza”, conclui o professor.



20 anos no Guaíba

Monitoramento *Laboratório de Ictiologia embasa ações de controle e qualidade ambiental*

Jacira Cabral da Silveira

Ela começou a gostar de peixes ainda pequena nas pescarias com o pai no litoral gaúcho ou nas proximidades das pontes do Guaíba, em Porto Alegre. Por isso, quando passou pela frente do Laboratório de Ictiologia, no Câmpus do Vale, decidiu entrar para ver se havia vaga para estágio. Ana Paula Dufech estava no segundo semestre do curso de Ciências Biológicas, no qual ingressara em 1997, e queria aprofundar seus conhecimentos sobre peixes, aliando a memória afetiva da infância à curiosidade científica que começava a experimentar.

Atualmente, ela segue colaborando com o Laboratório, ao integrar, desde 2005, o projeto Análise Sazonal de Anomalias Morfológicas em Peixes do Lago Guaíba, cujos dados utiliza em seu doutorado. “Esse monitoramento apura o grau de comprometimento das águas do lago e o modo como esse comprometimento evoluiu ao longo dos anos”, ressalta ao mencionar o balanço que está sendo feito dos 20 anos do projeto: “Nos últimos três anos, constatamos a diminuição da incidência de anomalias nos peixes e o aumento da diversidade de espécies mesmo nas áreas mais poluídas”, revela.

Entretanto, Ana Paula é cautelosa quanto a tais resultados: “Isso não quer dizer que não haja mais poluição nos locais monitorados ou que não esteja mais ocorrendo impacto ambiental devido à presença de estressores. Ainda estamos muito distantes do ideal”, frisa. Para o coordenador do laboratório, professor Luiz Roberto Malabarba, é difícil explicar essa redução, pois “o Lago Guaíba é influenciado por diversos fatores, o que dificulta a identificação de um ou dois responsáveis”.

Controle – Na avaliação de Clarice Torres de Lemos, doutora em Genética e Biologia Molecular pela UFRGS e chefe da divisão de biologia da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (Fepam) até junho deste ano, é possível atribuir parte desses dados positivos ao cumprimento da legislação gaúcha no que se refere ao controle e à qualidade ambiental. Ela se refere especificamente às resoluções estaduais sobre padrões e critérios de emissão de efluentes líquidos expedidas pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA – resoluções n.ºs 128/2006 e 129/2006). “Há mais controle dos empreendimentos”, garante, dando como exemplo a fiscalização junto a indústrias e loteamentos residenciais.

Ainda que o monitoramento de anomalias dos peixes tenha nascido a partir de demanda externa à Universidade – ele inicia

para atender à solicitação do Terceiro Polo Petroquímico, do Caí –, os dados coletados pelo projeto têm contribuído fortemente para a produção acadêmica do Programa de Pós-graduação em Biologia Animal. Conforme o coordenador do laboratório, a partir de 2000 começam a surgir os primeiros trabalhos de conclusão de mestrado e de doutorado e, no ano seguinte, são publicados os primeiros artigos, que hoje somam 18 publicações.

Subsídio às pesquisas – Ainda que considere não existir impacto social imediato, Malabarba destaca a importância desse tipo de trabalho justamente pelo volume de informações que produz e fornece. Na sua visão, os dados resultantes do monitoramento de anomalias dos peixes do Guaíba

servem tanto para subsidiar outros projetos de pesquisas quanto para fundamentar análises de órgãos governamentais em sua atividade de preservação ambiental.

Clarice comprova esse uso. Conforme a técnica da Fepam, “essas informações embasam decisões na gestão dos recursos hídricos e em solicitações de parâmetros para o lançamento de efluentes industriais”. Para ilustrar, ela recorda a primeira demanda da Fundação nesse sentido, quando o órgão realizou um estudo da qualidade do Lago Guaíba em função do lançamento de efluentes de uma fábrica de celulose e papel no município de Guaíba. “Após isso, a análise foi solicitada por vários anos dentro do Licenciamento da referida fábrica e para a análise de sua duplicação.”

Com relação à produção de artigos, Malabarba orgulha-se ao

dizer que a Revista *Neotropical Ichthyology*, da Sociedade Brasileira de Ictiologia, é editada pelo laboratório desde sua primeira edição, em 2003. Na função de editor geral, ele comenta que a *Neotropical* ocupa o décimo lugar entre as 99 publicações científicas produzidas no Brasil cadastradas no Jornal de Registro de Citações. De acordo com o professor, essa revista constitui um fórum internacional de divulgação e discussão de pesquisas originais sobre diversidade de peixes marinhos, estuários e de água doce neotropicais, com as quais os pesquisadores da UFRGS têm contribuído.

Coletas com qualquer clima – Se pescar é uma escolha, inclusive na hora de selecionar o melhor clima para praticá-la, quando se trata de pesquisar peixes não há

tanta flexibilidade. Mesmo com todo o rigor do inverno deste ano, Ana Paula e sua equipe saíram para mais uma coleta de peixes no Guaíba. A cada três meses, o grupo percorre os cinco pontos fixos para coleta, escolhidos por maior ou menor impacto de poluição: praia do Gasômetro (local onde recebe maior volume de poluentes), Saco da Alemoa (mais isolado), praia da Alegria (próxima à antiga instalação da Aracruz Celulose), foz do arroio em Guaíba (região que recebe toda canalização de esgoto da cidade de Guaíba) e praia do Ribeiro (segundo ponto com menor impacto).

Depois de percorrer de Kombi todo o trajeto, que leva cerca de sete horas, iniciando no Gasômetro até finalizar na Barra do Ribeiro, a equipe retorna ao laboratório. Ali os peixes são catalogados por espécie, especificando data, nome do coletor, nome de quem identificou o peixe e o número com o qual é registrado no sistema para futuras consultas. “Fazemos análise individual e verificamos se há presença de algum tipo de anomalia”, relata a pesquisadora, relacionando as principais malformações: distorção de coluna, alteração na mandíbula, distorção nas espinhas, alteração no globo ocular, nadadeiras desproporcionais ou ausentes. Entre os estressores que levam a tais resultados, Ana Paula destaca a temperatura da água, a falta de oxigênio, a presença de coliformes fecais e de metais pesados (oriundos de empresas de indústria de calçado): “São os que mais contribuem para a poluição”.

Catalogação de espécies – Antes da análise, entretanto, todos os peixes passam por um processo de preparo que dura por volta de uma semana. Primeiro, os espécimes são anestesiados com óleo de cravo misturado na água: “Fazemos isso para que eles não sintam quando forem expostos ao formol”. Nessa solução, os peixes permanecem em repouso por uma semana para só então serem analisados, depois de devidamente secos. Por fim, todos são armazenados em recipientes unitários com álcool.

De acordo com Ana Paula, por meio do monitoramento, já foram registradas mais de 70 espécies, “mas existem mais”, assegura. Ela comenta que a amostragem poderia contar com exemplares maiores, por exemplo, se o método de coleta não tivesse mudado. No início, eram usadas redes de espera, que possibilitam uma coleta mais no fundo e precisam ficar na água por mais dias. Mas o grupo teve de mudar para as redes de arrasto, usadas na margem, pois as anteriores “acabavam sendo roubadas”, ri ao comentar o inusitado, como se dissesse: “Não é história de pescador”.



Ana Paula Dufech (de frente) e Juliana Wingert usam redes de arrasto em suas coletas

FLÁVIO DUTRA/JU



Para entender as revoluções

Marxismo

Livro analisa as revoltas socialistas que abalaram o século XX

Samantha Klein

O século passado foi uma *Era dos Extremos*, como bem definiu o historiador britânico Eric Hobsbawm. Mas poucos governos com inspiração no marxismo são conhecidos, seja por desinteresse acadêmico ou por vieses de cunho ideológico que distorceram parte da História. É por isso que o livro *Revoluções e Regimes Marxistas* se propõe a lançar luz sobre as revoltas socialistas em quatro períodos históricos.

O movimento revolucionário tem como marco a Revolução Soviética, logo após o fracasso da I Guerra Mundial, e uma segunda fase diante da ascensão da China comunista. A terceira onda vem na crista da luta antifascista no Leste europeu e do anti-imperialismo caribenhos, que resultou nas revoluções cubana e nicaraguense. Já a quarta etapa revolucionária surge com os movimentos de descolonização na África e as guerras no Oriente Médio. Em 400 páginas, o livro traz informações sociais, políticas e econômicas que explicam as condições que favoreceram essas revoltas e o porquê de elas terem acabado ou estarem vigentes até hoje.

Ao contrário do que muitos defendem, o stalinismo não foi apenas um regime de repressão e envio de opositores a campos de concentração, mas também representou um



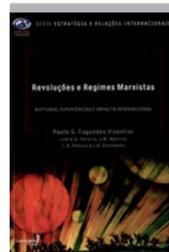
Obra exposta no Museu Hermitage mostra Lênin caminhando às margens do rio Neva, em São Petersburgo

avanço industrial sem precedentes em uma sociedade semifeudal. “A Revolução Russa pode ser considerada o pilar e a identidade do século XX porque esteve na base dos processos do período, estimulando a transformação autônoma, tornando inevitáveis as reformas ou provocando as reações”, explica o professor Luiz Dario Ribeiro, que colaborou na elaboração da obra.

O livro foi formulado a partir de um curso de extensão e apresenta o regime soviético como o bastião que colocou em prática os objetivos sociais da democracia. Em consequência disso, o capitalismo ocidental foi posto em xeque. “Houve dezenas de revoltas inspiradas no

marxismo que resultaram numa reforma capitalista depois da Grande Depressão. Criaram-se políticas sociais e se obrigou a construção de um aparato militar, culminando na hegemonia estadunidense. Porém, depois da queda do Muro de Berlim, surge a teoria do Fim da História, de Fukuyama. Até ali, pouco se sabia sobre esses regimes. Portanto, havia a necessidade de aprofundamento do tema”, argumenta o historiador Paulo Gilberto Visentini.

Segundo ele, o olhar sobre o passado é determinante para a compreensão do que acontece no globo atualmente, para que se possa entender a Rússia pós-URSS ou ainda para que se conheça o legado



Revoluções e regimes marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional

Paulo Visentini, Analúcia Pereira, José Miguel Martins, Luiz Ribeiro e Luiz Gustavo Gröhmman
Porto Alegre: Leitura XXI, 2013
408 páginas
R\$ 36 (valor médio)

em outros países. “Todo mundo pensa que Seychelles é apenas um paraíso turístico. Ninguém sabe que houve lá uma experiência marxista. Por isso, quando a gente visita a ilha, percebemos a qualidade da educação até entre os mais simples.” Conforme Visentini, mesmo que os países influenciados pelo Partido

Comunista da extinta URSS não tenham implementado de forma plena a ampliação dos direitos humanos, a base das reivindicações sociais se fortaleceu por conta das experiências socialistas. Em 1983, existiam 32 regimes socialistas que representavam 1/3 do PIB da superfície terrestre e da população mundial.



Guerreiras da Paz: como a solidariedade, a fé e o sexo mudaram uma nação em guerra

Leymah Gbowee e Carol Mithers | São Paulo: Companhia das Letras, 2012 | 304 páginas | R\$ 40 (valor médio)

A voz feminina da África

“Na narrativa tradicional das histórias de guerra, as mulheres estão sempre no fundo.” Com o objetivo de mostrar que uma narrativa a partir de outra perspectiva é possível, a liberiana Leymah Gbowee, com apoio da jornalista Carol Mithers, descreve neste livro a atuação feminina na luta pelo fim da Guerra Civil da Libéria. A militante, Nobel da Paz de 2011, vem a Porto Alegre no dia 9 deste mês para realizar conferência no ciclo *Fronteiras do Pensamento*.

Em um tom autobiográfico, Leymah relembra fatos desde sua infância na cidade de Monróvia, capital da Libéria, até o momento em que ela se torna uma voz proeminente na construção da paz em seu país. Colônia ocupada em 1822 por negros libertos americanos, a Libéria convivia com mazelas decorrentes da formação de uma elite política e econômica que instituiu um sistema segregacionista nos moldes daquele do qual foram vítimas no outro continente.

Em 1989, um golpe militar derruba o então presidente, membro da elite, Samuel Doe. Um grupo liderado pelo rebelde Charles Taylor toma o poder e entra em combate com

as forças do governo. A partir disso, instala-se a guerra civil, intensificada por disputas étnicas, que mata centenas de milhares de pessoas. Leymah vê seu futuro ir por água abaixo: após refugiar-se em Gana, envolve-se com Daniel, um homem violento, com quem tem cinco filhos.

Tudo muda quando ela participa de trabalhos humanitários da Congregação Luterana Mundial e passa a ajudar pessoas traumatizadas durante os conflitos. Quando percebe que “não se pode curar traumas quando a violência está em curso”, Leymah se concentra em reunir mulheres afetadas pela guerra a fim de que chamem a atenção do mundo para a sua situação. “Você é aquela que foi estuprada por combatentes! Seu marido é aquele que foi morto. Seu filho foi obrigado a entrar para o exército”, assim as mulheres liberianas foram conclamadas a se juntar ao movimento. Protestando sentadas e realizando greve de sexo, elas impulsionaram o início das negociações pelo fim do conflito e pela deposição de Charles Taylor. A liderança de Leymah foi fundamental nesse processo. (Júlia Corrêa)



Imagens: arte e cultura

Alexandre Santos e Ana Maria Albani de Carvalho (org.)
Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1ª edição, 2012
336 páginas | R\$ 65 (valor médio)

Homem fotográfico

Na apresentação do livro, é lembrado que o mundo das imagens fotográficas, mesmo quando estas são vistas de modo diário e disseminado, permanece vinculado a outros campos discursivos. A contemporaneidade do que é produzido não está garantida pelo instrumental técnico de apoio ou pelo profissionalismo em torno das práticas. Existe a necessidade de serem abertos comentários articulados que incidam sobre o papel da imagem na discussão de novas bases para o conhecimento e a compreensão das culturas moderna e contemporânea.

“Fotografia”, um destino cultural é o ensaio com que inicia o livro e corresponde à tradução de um precioso estudo panorâmico. São abordadas as consequências trazidas pela fotografia, desde o experimentalismo inicial e as diferentes analogias antropológicas que retornam durante a revisão conceitual. O autor, Michel Frizot, historiador de fotografia e diretor de pesquisas no *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), avalia que “o espaço cultural do século XX foi o do *homo photographicus* que, não satisfeito em tomar

conhecimento dos eventos mundiais por meio de fotografias, produz ele próprio como ‘amador’ as imagens de sua vida, que ele reorganiza voluntariamente em álbum”.

Na história recente, Antônio Fatorelli, autor do texto *Variações do tempo – mutações entre a imagem estática e a imagem-movimento*, encontra uma trama de confrontos e contágios encadeando os meios visuais e audiovisuais, em especial a fotografia e o cinema. Da reciprocidade entre os meios e as práticas híbridas, resultou a problematização da concepção convencional da imagem fotográfica e do fotograma. Enquanto imagens fixas são apresentadas em série por inúmeros artistas visuais, a imagem móvel é retardada ou acelerada por diversos realizadores. Além disso, a fotografia está a meio caminho entre as imagens artesanais e as digitais. Comparada à pintura e às artes plásticas, a fotografia é maquínica, imparcial, impessoal; ao lado da imagem gerada a partir de cálculos algorítmicos, a fotografia é analógica, dependente de procedimentos artesanais e de variáveis químicas. (Gustavo Duarte Fagundes)



FLÁVIO DUTRA/JU

Em edição do Conversas de Campo realizada em agosto, os participantes visitaram a estação ambiental da Braskem



Mais atenção, menos espetáculo

Arte Formação pedagógica da 9.^a Bienal do Mercosul estimula percepção de diferentes áreas do conhecimento presentes na produção artística

A 9.^a Bienal do Mercosul já começou. Desde maio, diversas ações educativas descentralizadas iniciaram a contagem regressiva para a mostra, que ocorrerá entre os dias 10 de setembro e 13 de novembro em Porto Alegre. Comumente associado a grandes instalações, obras e performances que primam pelo ineditismo e, sobretudo, pela irreverência que caracteriza a arte contemporânea, um dos mais importantes eventos latino-americanos promete ser conduzido sob uma perspectiva diferenciada neste ano. “Essa é uma Bienal pouco espetacular; ela demanda atenção e exige o contínuo envolvimento das pessoas por ter como base um projeto de educação. Cada vez mais programática, a mostra é apenas uma parte do projeto. Não é nem seu ponto máximo, diferentemente do que as pessoas pensam na maioria das vezes”, afirma Mônica Hoff.

Coordenadora pedagógica da exposição, ela idealizou um programa didático que articula os múltiplos públicos participantes em torno de temas presentes na proposta conceitual desta edição. Nesse sentido, a iniciativa Redes de Formação, direcionada a educadores, mediadores e demais interessados, se apresenta como um desafio curatorial ao tentar propiciar um ambiente frutífero para o reconhecimento do papel da arte na formação

da cidadania. Dentre uma série de atividades que compõem essa plataforma educativa, a elaboração da prática itinerante Conversas de Campo, que conta com a parceria da professora Flávia Charão, da Faculdade de Agronomia da UFRGS, talvez seja a aposta mais ousada.

Viagens de estudo – Um convite para olhar as estrelas é um apelo poético à contemplação, já que o céu, além do puro pragmatismo científico, pode ser observado com certa sensibilidade. Para vê-las melhor, é preciso se afastar da turbulência da vida urbana, aventurando-se noite adentro para descobrir os incontáveis mistérios do firmamento. Assim, ocorreu em Viamão a primeira de uma série de expedições realizadas pelo Conversas de Campo. As saídas para distintos lugares do estado foram pensadas com o objetivo de desconcentrar espacial e conceitualmente a mostra, distanciando-se do campo estrito da arte para entender como processos gerados em outras áreas também exercem influência e nos afetam. “Eu acredito que a arte está onde ela aparentemente não está. Os processos que dela resultam situam-se onde ela não é autorreferencial, onde ela não fala de si mesma. O Conversas de Campo é mais ou menos isso: a gente vai a essas regiões a fim de fazer uma viagem

de estudos para escutar, e não para falar, diferente das outras vezes em que a gente vivia à formação e capacitação. Neste ano, estamos indo a esses locais para aprender, para compartilhar com a população”, explica Mônica.

As comunidades são escolhidas a partir dos eixos temáticos que compõem a 9.^a Bienal. Dessa forma, natureza, tecnologia, cultura e ciência devem ser problemas caros também nessas localidades, tocando-as de alguma maneira. Os roteiros e itinerários das viagens são individualmente planejados, alterando-se conforme o destino estabelecido. Cada grupo tem sempre um debatedor como convidado, que apresenta questionamentos às singularidades da área visitada, além de um relator, que se encarrega de escutar e registrar a experiência vivenciada.

Em Osório, município varrido pelos ventos conhecidos quase como entidade pelos próprios habitantes, o grupo participante teve a oportunidade de aprender a respeito da energia material e espiritual que vem do ar, de acompanhar os impactos físicos do Parque Eólico na paisagem e a relação dos moradores com o famoso pelotão de cata-ventos. “Sempre nos deparamos com uma situação de percepção – a saída de uma zona de conforto nos permite aprender com outras

maneiras de produzir. Me interessa minimamente que se fale de arte, e por fim acaba-se falando de arte o tempo inteiro”, reflete a curadora.

Construção coletiva – Decorridos dezesseis anos desde a realização da primeira Bienal, muitas coisas mudaram na concepção e no caráter estrutural da mostra. É inevitável perceber os traços de megaevento adquiridos pela exposição, não apenas pelo crescimento do orçamento, mas também pelo time de artistas estelares agregados ao elenco e pelo gradativo aumento da participação de novos frequentadores. Contudo, apesar de tamanho sucesso, realizadores garantem que a sua essência permanece a mesma.

Na visão da equipe curatorial, o papel das pessoas que ali atuam, mesmo que minimamente, não só contribui para a construção das inúmeras edições já concretizadas como se torna inerente à existência do próprio acontecimento artístico. “Todos constroem esse ambiente de discussão. No momento em que tu misturas indivíduos que não dialogam entre si, exigis uma generosidade deles de estarem ali e de pensarem sobre algo que não necessariamente cabe ao campo profissional, mas que lhes toca como seres humanos. Dentro do projeto, é isso que me interessa, e as Conversas são exatamente isso. Não quero ir a

essas regiões para falar e catequizar, para dizer que a Bienal é uma grande instituição. Tudo funciona porque essas pessoas colaboram o tempo inteiro”, sustenta Mônica. Com isso, a curadora busca igualar o prestígio e a relevância de grandes nomes das artes visuais às vozes de pequenos atores que se dedicam ao encontro da cultura com a natureza.

Diálogo – É curioso notar que tal viés interdisciplinar tem sido precisamente o fator de maior atração de novos interessados. É o caso de Marciana Wiest, professora do ensino fundamental da rede municipal de Novo Hamburgo. Ao inscrever-se, no início de agosto, para desvendar o Polo Petroquímico do Sul e explorar os efeitos do empreendimento industrial nas cidades vizinhas ao rio Caí, a professora não imaginava uma experiência tão enriquecedora. “O projeto todo é muito completo dentro do grande acontecimento que é a Bienal. A saída de campo nos permite ver claramente o diálogo e a comunicação entre os artistas com outras formas de conhecimento, teórico e empírico, e como eles se apropriam desses saberes para aprimorar e repensar suas obras.”

Ela recorda que, em Triunfo, quando o Polo foi instalado, houve não só um boom econômico como cresceram os níveis de práticas de corrupção na cidade. “Isso também vem à tona e, por vezes, as pessoas nem sequer se importam ou percebem esses aspectos. A viagem proporciona um contato dinâmico com essas realidades tão particulares e aguça a nossa capacidade crítica. Acho que isso acaba realmente acrescentando na formação das pessoas, ainda mais para os educadores”, conta Marciana.

Para o arquiteto Rafael Saldanha, que fará sua estreia como mediador nesta Bienal e compartilha da mesma opinião, a transversalidade que une a arte aos demais campos do saber, presente nas ações pedagógicas, é o elemento norteador da mostra. “Serve também como estratégia para aproximar o público de todo esse universo”, opina.

Na visão de Mônica, essa transversalidade deve direcionar mudanças nos sistemas de crenças culturais e ocupar os espaços vazios deixados no terreno da educação e, em particular, da educação artística ao longo das últimas décadas. Reproduzindo a avaliação de ambos os participantes, a curadora reflete: “Sempre questione e nunca entendi o porquê da separação histórica e geográfica entre a arte e a educação. Por que essa distância tão grande e até certo ranço de um campo para com o outro? Ao mesmo tempo, também nunca compreendi por qual motivo a educação tinha de traduzir a arte o tempo inteiro e por que a arte não podia se perfazer como uma metodologia igualmente. Por que, quando falamos de arte, usamos as pedagogias vindas da educação, e não da própria arte? Por que devem ser campos estanques?”, questiona.

Resta aos realizadores e demais colaboradores torcer para que o desafio de tensionar cultura e prática cotidiana traga boas-novas para a arte no segundo semestre deste ano.

Bárbara Gallo, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico

► **Redação** Ânia Chala | Fone: 3308-3368 | Sugestões para esta página podem ser enviadas para jornal@ufrgs.br

DESTAQUE



O desenhar que agrega

Mostra Pinacoteca do IA expõe trabalhos de integrantes do Atelier D43 e de artistas consagrados pelo público

“Vivemos cercados por objetos criados a partir do desenho. Tudo o que existe no mundo físico, de alguma maneira, foi primeiro planejado, desenhado na cabeça de alguém. Assim a professora do Departamento de Artes Visuais do Instituto de Artes da UFRGS Teresa Poester define a centralidade do desenho em nosso cotidiano.

Ao lado dos estudantes de graduação Alexandre Copês, Carlos Eduardo Galon e Kelvin Koubik, ela tem explorado as possibilidades do desenho e suas relações com outras linguagens artísticas por meio do projeto de pesquisa *Desenho, gesto e pensamento: procedimentos gráficos e outras mídias*. A iniciativa, que acabou ganhando o nome menos pomposo de Atelier D43, inaugura no dia 17 deste

mês a exposição *O Lugar do Desenho* na Pinacoteca Barão de Santo Ângelo. A mostra apresenta trabalhos dos jovens artistas e da professora, obras coletivas do quarteto e também trabalhos de nomes consagrados como Fernando Lindote, Eduardo Haesbaert, Gelson Radaelli, Lia Menna Barreto e Mauro Fuke.

Kelvin relata que a produção do quarteto “surgiu de uma vontade de troca entre colegas de sala de aula. Começamos de uma forma despreziosa, pois nos encontrávamos para falar sobre desenho e produzir juntos”.

Na avaliação da professora, “essa ideia de grupo partiu de nossas reflexões e fez com que crescessem iniciativas como as conversas mensais com artistas aqui mesmo no espaço do ateliê”, relembra.

Para os três estudantes, a experiência de criar um diálogo entre sua produção individual e coletiva está sendo muito enriquecedora e também trabalhosa. “Se o público soubesse o esforço envolvido na montagem de uma exposição como essa, iria frequentá-la com mais carinho”, assegura Carlos Eduardo.

No dia seguinte à abertura, Fernando Lindote participa de uma conversa com o público, em mais uma edição do projeto *Conversas com o Artista* no espaço do Atelier D43. Gaúcho radicado em Santa Catarina, ele começou desenhando cartuns em 1971 e hoje seus trabalhos mesclam pinturas e desenhos.

A mostra permanece em cartaz até 11 de outubro e poderá ser visitada de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h.

MÚSICA



Unimúsica

Guitarrista e violonista autodidata, Angelo Primon pesquisa as sonoridades de instrumentos de cordas.

ENCONTRO COM O ARTISTA
Bate-papo com o músico e produtor porto-alegrense.
Data: 4 de setembro, quarta-feira
Local e horário: Sala Fahrion, 20h
Inscrições a partir de 26 de agosto pelo site www.difusaoacultural.ufrgs.br

ANGELO PRIMON - OLHAR O MAR
Show em que o artista parte da poesia e das canções folclóricas dos Açores para apresentar um diálogo entre o passado e o presente.
Data: 5 de setembro, quinta-feira
Local e horário: Salão de Atos, 20h
Retirada de senhas em troca de 1kg de alimento não perecível a partir de 2 de setembro

Núcleo da Canção

Projeto que propõe a troca de conhecimentos sobre canção popular brasileira.

ESCUta - SOM DO COMPOSITOR
Encontro com o coletivo de compositores de música popular, com mediação de Guto Leite.
Data: 23 de setembro
Local e horário: Sala Fahrion, 19h
Entrada franca

Interlúdio

Projeto que promove recitais realizados no Câmpus Centro.

DUO VIOLÃO BRASIL
Recital com Lucas Ferreira Piccoli e Pedro Cadore Winter. No programa, composições de Marlos Nobre, Sérgio Assad e Marco Pereira.
Data: 27 de setembro
Local e horário: Sala II do Salão de Atos, 12h30
Entrada franca

17.º Concerto Oficial da Ospa

Apresentação da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre sob a regência de Antonio Carlos Borges-Cunha. Solistas: Catarina Domenici (piano) e Elieser Ribeiro (trompete).
Data: 24 de setembro
Local e horário: Salão de Atos, 20h30
Ingressos: R\$ 20 e R\$ 10

TEATRO

Teatro, Pesquisa e Extensão

Apresentação de peças dos alunos do curso de Teatro da UFRGS.



QUANDO EU TINHA...
Espetáculo em que os atores usam a técnica *contact improvisation*, transpondo para a cena relatos do público. Elenco: André Macedo e Marcia Berselli.
Sessões: 4, 11, 18 e 25 de setembro
Local e horário: Sala Alziro Azevedo, às 12h30 e às 19h30

CINEMA

Heróis no Cinema: Entre Deuses e Monstros

Ciclo com a curadoria de Marcelo Pizarro Noronha (Grupo de Pesquisa em Jornalismo Esportivo/Fabico). Sessões na Sala Redenção. Entrada franca.

A VOLTA DO ZORRO
(*Zorro rides again*, EUA, 1937, 126 min), de John English e William Witney
Sessões: 2/09, 16h; 27/09, 19h

BATMAN
(*Batman*, EUA, 1943, 128 min), de Lambert Hillyer
Sessões: 2/09, 19h; 3/09, 16h

BATMAN, O HOMEM MORCEGO
(*Batman the movie*, EUA, 1966, 105 min), dir. Leslie H. Martinson
Sessões: 3/09, 19h; 5/09, 16h

BESOURO VERDE
(*The Green Hornet*, EUA, 1940, 103 min), de Ford Beebe e Ray Taylor
Sessões: 5/09, 19h; 6/09, 16h

CAPITÃO AMÉRICA
(*Captain America*, EUA, 1944, 120 min), de Elmer Clifton e John English
Sessões: 6/09, 19h; 9/09, 16h

DARKMAN, VINGANÇA SEM ROSTO
(*Darkman*, EUA, 1990, 95 min), de Sam Raimi
Sessões: 9/09, 19h; 10/09, 16h

FANTOMAS, GUERREIRO DA JUSTIÇA
(*Ôgon Batto*, Japão, 1966, 73 min), de Hajime Satô
Sessões: 10/09, 19h; 12/09, 16h

FLASH GORDON NO PLANETA MONGO
(*Flash Gordon: space soldiers*, EUA, 1936, 107 min), de Frederick Stephani e Ray Taylor
Sessões: 12/09, 19h; 13/09, 16h

MANDRAKE, O MÁGICO
(*Mandrake the magician*, EUA, 1939, 128 min), de Sam Nelson
Sessões: 13/09, 19h; 16/09, 16h

NATIONAL KID CONTRA OS INCAS VENUSIANOS
(*National Kid*, Japão, 1960, 104 min), de Nagayoshi Akasaka
Sessões: 16/09, 19h; 17/09, 16h

O FANTASMA
(*The Phanton*, EUA, 1943, 107 min), de B. Reeves Eason
Sessões: 17/09, 19h; 19/09, 16h

SIN CITY: A CIDADE DO PECADO
(*Sin City*, EUA, 2005, 124 min), de Frank Miller, Robert Rodriguez e Quentin Tarantino
Sessões: 19/09, 19h; 30/09, 16h

SUPERMAN
(*Superman*, EUA, 1948, 113 min), de Spencer Bennet e Thomas Carr
Sessões: 23/09, 19h; 24/09, 16h
TARZAN, O HOMEM

MACACO
(*Tarzan the ape man*, EUA, 1932, 99 min), de W. S. Van Dyke
Sessões: 24/09, 19h; 26/09, 16h

V DE VINGANÇA



(*V for vendeta*, EUA, 2006, 132 min), de James McTeigue
Sessões: 26/09, 19h; 27/09, 16h

Cinema e Patrimônio Cultural

Mostra do Setor de Patrimônio Histórico da UFRGS em parceria com a Sala Redenção. Coordenação de Noemia Rodrigues e Kátia Rocha Born. Sessões com entrada franca

PORTO ALEGRE - MEU CANTO NO MUNDO
(Brasil, 2007, 74 min), de Cícero Aragon e Jaime Lerner
Sessão: 4/09, 16h
Debatedoras: Lisete de Oliveira e Zilá Bernd

BEM-VINDO A SÃO PAULO
(Brasil, 2004, 100 min), de Amos Gitai e outros
Sessão: 11/09, 16h
Debatedora: Maria Cristina Dias Lay

MEIA-NOITE EM PARIS
(*Midnight in Paris*, EUA, 2011, 94 min), de Woody Allen
Sessão: 18/09, 16h
Debatedor: Diego Devincenzi

Cinema no ILEA

Mostra organizada a partir de votação pela página do ILEA no Facebook. Sessões no Auditório do Instituto. Entrada franca.

UM CONTO CHINÊS
(*Un cuento chino*, Argentina, 2011, 93 min), de Sebastián Borensztein
Sessão: 3/09, 18h

ADEUS, LÊNIN
(*Good bye, Lenin*, Alemanha, 2003, 118 min), de Wolfgang Becker
Sessão: 10/09, 18h

AS INVASÕES BÁRBARAS
(*Les invasions barbares*, Canadá, 2003, 94 min), de Denys Arcand
Sessão: 17/09, 18h

TRAINSPOTTING - SEM LIMITES
(*Trainspotting*, Inglaterra, 1996, 96 min), de Danny Boyle
Sessão: 24/09, 18h

Clio e Eros no Ecurinho do Cinema

Curso de extensão na Sala Redenção em quatorze sessões nas tardes de sábado, às 15h30, seguidas de mesas-redondas com debatedores. Entrada franca.

ROMEU E JULIETA
(*Romeo and Juliet*, Itália/Grã-Bretanha, 1968, 135 min), de Franco Zeffirelli
Sessão: 14/09
Comentadores: Joana de Figueiredo (UFRGS) e Carla Brandalise (UFRGS)

KAMA SUTRA UM CONTO DE AMOR
(*Kama Sutra a Tale of Love*, Índia, 1996, 117min), de Mira Nair
Sessão: 21/09
Comentadores: Kátia Pozzer (Ulbra) e Natalia Mendes (UFRGS)

LOLITA
(*Lolita*, EUA/Grã-Bretanha, 1962, 152 min), de Stanley Kubrick
Sessão: 28/09
Comentadores: Márcia Lima e Silva (Letras/UFRGS) e Rafael Quinsani (História/UFRGS)

Universidade Pública, Tô Dentro!

Programa de extensão que exhibe filmes na Sala Redenção em torno do tema da política das Ações Afirmativas.

CRASH - NO LIMITE
(*Crash*, EUA, 2005, 112 min), de Paul Haggis
Sessão: 25/09, 16h

EXPOSIÇÃO



Uma Noite no Museu

Mostra organizada pelo projeto Unifoto que apresenta fotos de Myra Gonçalves e Liliane Giordano, utilizando a técnica do *lightpainting*.

Visitação: 4 de setembro a 31 de outubro
Local e horário: saguão da reitoria, de segunda a sexta, das 8h às 18h
Entrada franca

ONDE?

► **Auditório do ILEA**
Bento Gonçalves, 9.500
Fone: 3308-6941

► **Reitoria**
Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3933

► **Sala Alziro Azevedo**
Salgado Filho, 340
Fone: 3308-4318

► **Sala João Fahrion**
Paulo Gama, 110 - 2.º andar
Fone: 3308-3034

► **Sala Redenção**
Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

► **Salão de Atos**
Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3058

Meu Lugar na UFRGS



Um endereço no Vale

Quando Laércio Pol Fachin recebeu o 17.º Prêmio Jovem Talento em Ciências da Vida 2013, sabia onde tudo havia começado: no Centro de Biotecnologia, especialmente no Laboratório de Bioinformática Estrutural (LBE). “Esse é o meu lugar na UFRGS”, assegurou às jornalistas da TV e do Jornal da Universidade.

Também pudera, há quase dez anos ele frequenta o LBE, primeiro como aluno de Iniciação Científica e, mais tarde, como doutorando vinculado ao Programa de Pós-graduação em Biologia Celular e Molecular. Em 2004, foi aprovado no vestibular para a primeira turma do curso de Biomedicina. Um ano e meio depois, foi atraído para a iniciação científica e logo recebeu a chave do LBE, como seus colegas de laboratório.

Se não fosse assim, Laércio não teria se acostumado a ser o primeiro a chegar, muitas vezes antes das 8h, depois de mais de meia hora de ônibus desde o centro – onde mora ainda hoje – até a sala 202 do prédio do Centro de Biotecnologia, no bloco IV do Câmpus do Vale. Embora jure que nunca dormiu nas viagens de ida para o câmpus, perdeu a conta das vezes em que voltou cochilando no banco do ônibus no final do dia.

No início, ele ficava sozinho até por volta das nove horas da manhã, quando os outros estudantes iam chegando um por um e ocupando seus lugares. A sala comprida se estende até uma grande janela que dá para um jardim de passagem e tem em suas laterais bancadas com 15 computadores. Na mesma extensão, ficam prateleiras aéreas nas quais se acumulam livros e uma infinidade de cópias de teses e dissertações, visivelmente manuseados. Lá no fundo, no canto à esquerda, fica o coordenador do grupo, o professor Hugo Verli. O endereço de Laércio na sala é o quinto computador à direita de quem entra. Com tanto tempo de Laboratório, é natural que cada um vá dando sua cara ao local que ocupa. Na base de sua máquina, afixou a miniatura de um boneco loirinho, lembrança da turma de amigos da adolescência: “Coloquei ali pra quando eu não estiver o pessoal

saber: esse é o lugar do Laércio”, explica. A cadeira, que trouxe de casa, tem colada na traseira do encosto a maçã prateada, símbolo da marca dos equipamentos de informática que utiliza.

A rotina de Laércio no Laboratório foi-se alterando nesses dez anos. Quando ingressou, o grupo era menor, apenas ele e alguns poucos colegas de iniciação científica, além do coordenador. “Era bacana conviver com os colegas de laboratório, com várias pessoas chegando e saindo”, comenta. Convívio que resultou, segundo ele, além de trocas acadêmicas, em “aprendizado para a vida, porque as pessoas pensam e agem de forma diferente da sua”, justifica. “Por meio da convivência no Centro pude ter contato com pesquisadores de alto nível em palestras aqui ou em congressos internacionais”, diz, acrescentando ter aprendido a apresentar trabalhos acadêmicos com desenvoltura e segurança. “Eu era tímido” – revelação que soa inverossímil para quem o ouve falar com tanta fluência a respeito de sua trajetória. Por outro lado, assegura que a condição principal para uma boa apresentação é o conhecimento de causa daquilo que será exposto. Ao comentar a respeito de sua premiação no Jovem Talento em Ciências da Vida 2013, diz: “É o reconhecimento do trabalho que vem sendo realizado no Laboratório de Bioinformática Estrutural”.

Laércio graduou-se em Biomedicina em 2007 e hoje cursa o doutorado em Biologia Molecular. Quando está em casa, gosta de fazer ‘gordices’, como uma bela torta de chocolate para comer com a namorada, que conheceu em Recife durante um encontro acadêmico. No dia da entrevista, inclusive, ela passou pelo Centro de Biotecnologia que Laércio ia apresentando às repórteres, dividindo com ele a função de anfitrião.

Jacira Cabral da Silveira

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Perfil

Geologia militante

Rualdo Menegat Autodidata, ele se preocupa em deixar um legado para seus alunos

Samantha Klein

Entre tantos motivos para se tornar docente, provavelmente a militância pelo conhecimento sem fronteiras determine uma profissão para uma vida inteira. Essa pode ser uma definição para o geólogo Rualdo Menegat. Convicto quanto às escolhas que fez, sua jornada começou com o estudo enciclopédico, no sentido literal da palavra, quando ainda vivia em Caxias do Sul. Na família de cinco filhos, todos são professores universitários ou de escolas. “Minha mãe foi a grande educadora de todos nós.”

Aos 13 anos, já lia o *Diário e Anotações*, de Charles Darwin, em que o cientista inglês descreve as experiências da viagem a bordo do HMS Beagle. Desde a adolescência, o hoje professor do Departamento de Paleontologia e Estratigrafia do Instituto de Geociências da UFRGS se interessa pelos abalos sísmicos, pela origem da terra e a evolução das espécies. “No momento de ingressar no curso superior, já estava convencido de que deveria seguir o caminho da Geologia, fascinado pelos mistérios do mundo antigo pré-civilizatório e pela formação dos continentes. Como lia muito, tinha a minha própria biblioteca”, lembra.

Movimento estudantil – Porém, em tempos de ditadura militar, o ingresso na universidade foi uma decepção para o futuro pesquisador. Existia um cerceamento completo das ideias, e pessoas curiosas demais

eram consideradas potenciais fontes de ameaça. “O curso primava pelo descritivismo e era pouco convidativo ao pensamento crítico. Na sala de aula, as perguntas que fazia eram vistas como uma afronta aos professores. Então percebi que não poderia ficar parado.” Assim, logo no primeiro ano de faculdade, aos 17 anos, Rualdo mergulhou no movimento estudantil, integrando um grupo de alunos da Geociências, o “Estudos da Terra”, que contestava a política vigente e priorizava as questões geológicas e ambientais.

Ele chegou à presidência do Diretório Central dos Estudantes (DCE) em 1982 e lembra que as passeatas contra o regime de botas aconteciam com frequência. “A gente fazia uma lista das pessoas que iam às manifestações para conferir se todos tinham voltado no final, pois muitos não voltavam. Apesar dos cuidados, houve casos de gente que foi para o DOI-CODI”, relata. Muitas foram as vezes em que participou de vigílias em frente ao Palácio da Polícia até que algum colega preso fosse libertado. “Apanhei muito. Nos reuníamos em uma centena de pessoas e nunca conseguimos chegar à Esquina Democrática. A polícia sempre fazia um cerco na Praça Argentina e ali mesmo começava a pancadaria.”

Em meio à luta pela democracia, Rualdo aqueceu o coração: nos bares da Esquina Maldita – situados no encontro da Osvaldo Aranha com a Sarmento Leite – conheceu Maria da Graça, militante e presidente do DCE da PUC. Casados há quase três décadas, têm um menino de 13 anos que, para orgulho do pai, deve seguir o caminho da Geologia: Cirilo é um colecionador de minerais.

Um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores no estado, conviveu com políticos como Dilma Rousseff, Olívio Dutra e Raul Pont. A partir do movimento das Diretas Já, Rualdo deixou a militância para dedicar-se a outra tarefa bem mais complexa. Ao assumir uma sala de aula, há mais de 20 anos, estabele-

ceu um compromisso ético com os alunos. “Procuro mostrar a eles que não existe ‘teto’. Ao contrário do que fazia a ditadura, nunca subestimei ninguém. Não há pior repressão do ponto de vista humano do que aquela que não deixa você se desenvolver intelectualmente”, critica.

Saber subestimado – Apesar do crescente acesso ao ensino, o pesquisador acredita que o conhecimento não tem a devida importância na sociedade brasileira. Rualdo recorda de um exemplo crítico: há alguns anos, elaborou um estudo geológico sobre Santa Vitória do Palmar e quando foi apresentá-lo na cidade um fazendeiro disse que eles não precisavam daquelas explicações, que aquilo ‘era coisa da universidade’. “Isso aconteceu lá, mas poderia ser em qualquer lugar, porque o saber não tem o valor que merece. Os estádios são de luxo, mas as escolas estão sem os investimentos que precisam. O deputado legisla e não ouve os cientistas. Costumo dizer que o brasileiro contrata médico, advogado e engenheiro, porém ninguém quer informação sobre como a Terra funciona, como é a paisagem e a história geológica do território brasileiro. Por isso, os arrozeiros não vão se importar em retirar água de uma lagoa sem qualquer preocupação se vai secar ou poluir a Lagoa dos Patos. Eles não pensam nas gerações futuras. Isso é assustador.”

Apesar de dificuldades dessa ordem, o Atlas Ambiental de Porto Alegre, publicação pioneira sobre a formação rochosa e paisagística da cidade, foi lançado com a coordenação do professor em 1998. “Essa obra gerou um movimento para que outras cidades tivessem o seu próprio levantamento ambiental. Em 10 anos, 60 municípios também fizeram o seu atlas”, conta satisfeito.

Atualmente, Rualdo trabalha com uma equipe de tradutores para transcrever livros e manuais de Geologia escritos em inglês e francês. “Esse é um pequeno legado que deixo para os alunos.”



FOTOS: FLAVIO DUTRA/JU

Você tem o seu lugar na UFRGS?

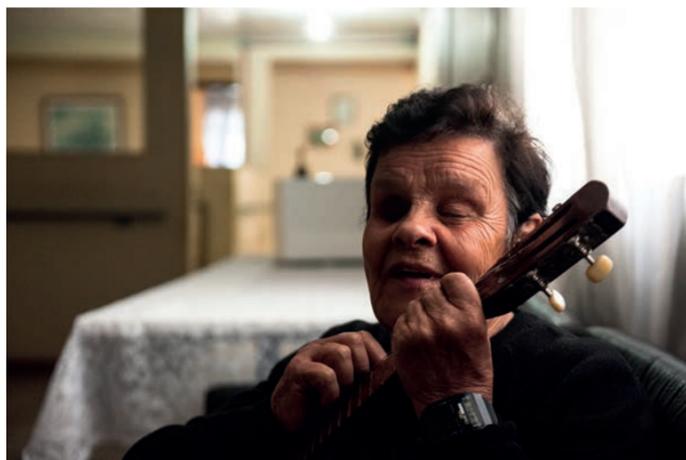
Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local



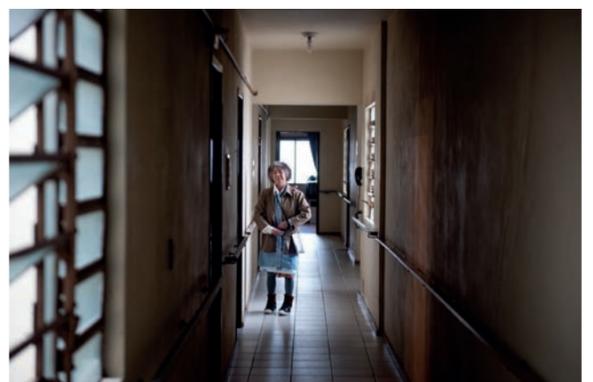
As imagens desta página foram feitas na Casa Lar do Cego Idoso – ou ACELB. São fotos que eu não queria fazer. Menos por algum tipo de insubordinação – a editora havia pedido que, além das imagens para a pauta da página 5, produzisse também um conjunto para este ensaio – do que por alguns incômodos antigos. Primeiro, o de que fotografia e “peso” parecem ter uma ligação de origem. O peso da pauta era aparentemente óbvio: um asilo para velhos cegos. Segundo, o fato de fotografar pessoas que não enxergam ampliava a dificuldade, colocando em questão um dos fundamentos do trabalho como fotógrafo. Me sentia “injusto”, considerando que olhar com a câmera fotográfica é uma maneira intencional, aguda e afiada de tentar ver. Estando lá e pensando nisso, entendi um pouco mais o que me incomodava: olhar e expor o que, inversamente, não me via. Ao andar pela instituição, me deparava com os moradores caminhando apoiados nos inúmeros corrimões que servem de guias ou tateando os espaços com bengalas. Algumas vezes, os via nos seus quartos, ouvindo rádio e televisão. Ainda, os encontrava nas salas de convívio, fumando ou simplesmente sentados. Me descobri não visto, o que pode ser a situação ideal para o fotógrafo que imagina a fotografia como uma eterna descoberta de flagrantes. Em mim, insatisfeito desde o início do trabalho, ampliava-se a incomodação. A solução que encontrei foi tentar estabelecer algum vínculo. Ainda que por pouco tempo, fui três vezes à ACELB. Nessas idas, conheci duas moradoras, com as quais passei um pouco mais de tempo: dona Maria e dona Marlene. Me contaram ótimas histórias. Maria, que enxerga, foi cozinheira no Solar dos Câmara. Marlene, há 9 anos no asilo, perdeu um olho ainda criança e vê pouco com o outro. “Mas tenho ouvido”, diz ela, que toca piano, violão e cavaquinho, instrumentos que aprendeu sozinha. Também tentou acordeão, “mas era muito pesado”. Não acho que essa aproximação tenha sido suficiente, não me sinto menos incomodado. Às vezes, é o que a rotina do jornalismo permite – tempos exíguos, fechamentos iminentes. Ainda assim, mesmo que incompletas ou insuficientes, é uma possibilidade de apontar histórias em desenvolvimento e, de alguma maneira, tentar dar a ver mundos pouco vistos.

Tocar de ouvido

TEXTO E FOTOS FLÁVIO DUTRA



A ACELB É MANTIDA COM DOAÇÕES. PARA DOAR, É POSSÍVEL REPASSAR PARTES DO IMPOSTO DE RENDA DEVIDO (PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA) OU INDICÁ-LA COMO BENEFICIÁRIA NO PROGRAMA NOTA FISCAL GAÚCHA – CPF NA NOTA, DO GOVERNO DO ESTADO.



CADERNO JU

N.º 12 - EDIÇÃO 163 - SETEMBRO DE 2013



A reprodução impressa num livro, a imagem digitalizada publicada na internet ou a projeção de um slide são alternativas de contato com a arte que, de forma alguma, dão conta da completude desse gênero de objeto, não permitindo apreender ou sentir o que é possível quando se está diante do trabalho original do artista. É por isso que os futuros bacharéis em História da Arte formados pela UFRGS têm participado, anualmente desde 2011, de viagens de estudo. Na edição deste ano, a expedição foi ao Rio de Janeiro, com vistas a conhecer o patrimônio histórico, artístico e cultural daquela que foi outrora a capital do país e que, por isso, detém obras ímpares no que se refere, sobretudo, à produção artística dos séculos XIX e XX. Igrejas, museus, casas-museu, antigas fazendas de café, edifícios, teatros, instituições culturais, espaços públicos, entre outros lugares da capital e de outras regiões do estado, serviram para que o grupo formado por acadêmicos e professores da Universidade pudesse buscar apreender obras de arte e arquitetura de forma plena, incluindo aspectos como textura, dimensões, cor e outros traços que perdem força ou, às vezes, são até distorcidos em reproduções. Realizada entre os dias 13 e 26 de julho, a viagem incluiu, ainda, palestras, encontros e visitas guiadas com pesquisadores e profissionais que se dedicam a estudar temas relacionados a alguns desses locais.

No final de 2013, graduam-se os primeiros historiadores da arte com formação no curso oferecido pelo Instituto de Artes da UFRGS. Por isso, o JU acompanhou a intensa rotina da expedição planejada pelos professores Paula Ramos – coordenadora da Comissão de Graduação do curso – e Paulo Gomes, com apoio do produtor-executivo Flavio Gil, e traz, nesta edição do Caderno JU, um relato dos momentos mais marcantes dessa incursão pela arte e pela história. As fotos que acompanham esta reportagem são de autoria do acadêmico de História da Arte Diego Beck, responsável pelo registro visual das três viagens até agora realizadas. Nas imagens captadas pelas lentes do fotógrafo, flagrantes, detalhes e paisagens que, de alguma forma, sintetizam o que os olhos dos estudantes trouxeram depois de estarem na cidade cuja descrição sempre vai parecer superlativa àqueles que nunca lá estiveram, e insuficiente àqueles que já tiveram a oportunidade de deslumbrar-se com a urbe e o estado que se espriam ao redor da Baía de Guanabara.

Rio

de arte

TEXTO **EVERTON CARDOSO**

FOTOS **DIEGO BECK**

14 de julho

Um porto e o samba: não haveria elementos mais emblemáticos para iniciar uma incursão pela cidade do Rio de Janeiro. Por isso, o anúncio do produtor executivo da viagem Flavio Gil soou tão apropriado para iniciar o roteiro: “À esquerda ficam o Morro da Conceição e a Pedra do Sal. Ali surgiu o samba”. Os olhares do grupo imediatamente se voltaram para a Praça dos Estivadores, lugar em que viviam trabalhadores da zona portuária da cidade em outros tempos. Logo em frente, o conjunto de uma dezena de construções de fins do século XIX e início do passado impressiona os estudantes; mais atrás, o referido morro.

Adiante, deparamo-nos com o que, então, buscávamos: o sítio arqueológico onde se situam as ruínas do Valongo, uma enseada – hoje aterrada – da Baía de Guanabara na qual foi realizado, até o século XIX, o comércio de escravos. Como que em contemplação, todos se aproximaram do lugar, fotografaram – hábito este cultivado com afinco e constância por muitos dos participantes durante toda a viagem de estudos.

A visita seguiu pelo Museu de Arte do Rio, o MAR. O conjunto arquitetônico por si só impressiona: um palácio do século XIX e um edifício modernista que já abrigou a estação rodoviária da cidade estão hoje unidos por uma marquise ondulante de concreto. O grupo, impressionado com a estrutura da instituição, foi recebido pela gerente de conteúdo do MAR, Clarissa Diniz. Ela, então, explicou o funcionamento do museu: mais que um espaço expositivo, pretende oferecer formação a professores. “Nossa intenção é estabelecer laços estreitos com a comunidade que vive próxima ao museu”, acrescentou para começar a contar que, antes de ser aberta ao público, a instituição recebeu seus vizinhos para uma visita fechada.

Numa das exposições então em cartaz, *Rio de Imagens*, o objeto central eram as representações da capital fluminense: nela, o grupo procurou esquadrihar a geografia e a paisagem que depois veria pessoalmente. Entre obras de sessenta artistas, figuravam trabalhos do gravurista Oswaldo Goeldi, dos pintores Tarsila do Amaral e Ismael Nery, do fotógrafo Marc Ferrez, entre outros. Nos óleos sobre tela *Vista tomada de Botafogo* (1868), de Henri-Nicolas Vinet, e *Baía de Guanabara vista da Ilha das Cobras* (1828), de Félix Émile Taunay, chamavam a atenção de todos as vistas de outras épocas da paisagem por onde hoje se estende o Rio de Janeiro. Notável em muitas dessas pinturas era a presença constante da construção octogonal da igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, situada sobre o monte com vista para a praia do Flamengo e o Pão de Açúcar.

15 de julho

Contrariando as previsões mais pessimistas sobre a ida de metrô do grupo ao centro do Rio de Janeiro, todos conseguiram subir no mesmo trem e descer na mesma estação sem que ninguém se perdesse pelo caminho. Cumprida a missão, fomos ao Mosteiro de São Bento, onde nos aguardava o diretor de patrimônio do lugar, Dom Mauro Fragoso. A visita iniciou-se com um detalhado relato feito pelo religioso sobre o surgimento da ordem a que pertence e, também, sobre o processo de instalação dos monges, vindos da Bahia, na capital fluminense ainda no século XVI. Vestido a caráter com o típico hábito marrom dos beneditinos, Dom Mauro guiou-nos pela igreja dedicada a Nossa Senhora de Montserrat: ali, o monge apresentou a construção que contém elementos típicos dos estilos Barroco e Rococó e que começou a ser construída na primeira metade do século XVII. O rico interior com paredes preenchidas por talhas douradas que servem de moldura às imagens religiosas contrasta com a fachada austera em alvenaria branca e pedra. Talvez daí a surpresa de

quem entra. A estudante do Bacharelado em História da Arte Carolina Grippa chegou a ter a sensação de poluição visual, certamente consequência dos exageros típicos dos interiores barrocos. Ainda assim, a igreja pareceu-lhe bela e lembrou aquelas que visitara na viagem de estudos do ano passado às cidades históricas de Minas Gerais. “A Paula [Ramos] tinha avisado em aula que esta igreja era uma teteia”, divertiu-se com o vocabulário característico da professora.

Na sequência, seguimos para conhecer o impressionante Real Gabinete Português de Leitura, edifício em estilo neomanuelino – tipicamente português e decorado com elementos que remetem a grandes navegações e descobrimentos lusos. “É sublime. A quantidade de livros é maior que a que vamos ler em toda a vida”, admira-se o estudante Giordano Gil. A impressão do futuro historiador da arte, ao aproximar-se da fachada, era de que o interior também seria simples e sóbrio. Como acontecera no mosteiro, surpresa: impressionantes são as altíssimas estantes plenas de livros antigos, o colorido vitral do teto, as decoradas balaustradas dos mezaninos e tantos outros detalhes.

17 de julho

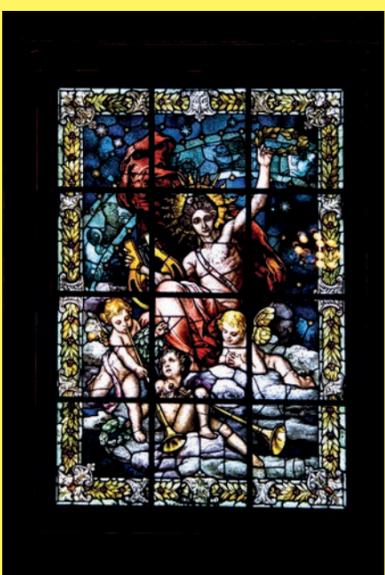
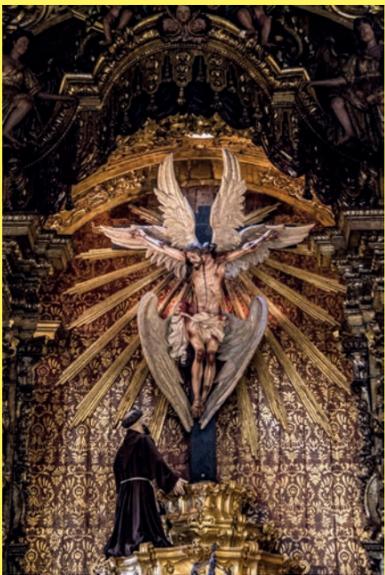
É significativo o apelido dado ao câmpus da Universidade Federal do Rio de Janeiro que fica na Ilha do Governador: conhecido como Fundão, está situado a cerca de 12 km do centro da cidade. Lá fomos apresentados ao Museu Dom João VI pela professora e pesquisadora Sonia Gomes Pereira. Vinculada à Escola de Belas Artes, a instituição museológica é, na verdade, uma espécie de reserva técnica visitável que contém um acervo de mais de oito mil peças, entre as quais gravuras, desenhos arquitetônicos, pinturas, esculturas e vitrais. “Em 1937, a parte da coleção da então Escola Nacional de Belas Artes que foi considerada mais nobre passou a constituir o Museu Nacional de Belas Artes. Uma parte menor, de caráter mais didático, continuou nas salas de aula e nos ateliês da Escola. Depois, formou o nosso acervo”, relata a pesquisadora. Sonia cativou os estudantes, tanto por conta de seu bom humor quanto pela sinceridade com que apresentou a instituição que coordena – sem esconder as dificuldades enfrentadas e os problemas ainda existentes, como a falta de pessoal e o apertado espaço físico.

A incursão à UFRJ continuou com uma palestra com o historiador da arte Carlos Terra. O também diretor da Escola de Belas Artes da universidade carioca, que estuda principalmente a história das paisagens construídas do Rio de Janeiro – jardins, praças e parques –, fez uma exposição cujo foco foram os principais espaços do gênero criados na cidade a partir do século XVIII, como o Campo de Santana, a Praça Paris e o Passeio Público. Este último, aliás, seria o primeiro destino no dia seguinte e o principal tema da palestra do pesquisador: feito no final dos anos 1700 a partir do projeto de um dos mais importantes artistas do período colonial brasileiro, Mestre Valentim, tinha inicialmente um traçado em estilo francês, com caminhos retilíneos e planos geométricos; um século mais tarde, o espaço foi remodelado a partir do desenho elaborado pelo paisagista francês Auguste François Marie Glaziou, agora em estilo inglês – mais romântico –, com caminhos sinuosos e elementos que remetam a uma natureza mais selvagem, tal como a ponte de concreto em forma de galhos de árvore. Carlos Terra chamou a atenção para dois elementos do projeto original de Valentim que sobreviveram a essa e a posteriores alterações e que ainda poderiam ser observados pelos estudantes: as duas características pirâmides de base triangular e a Fonte dos Amores. Nesta, destacam-se as esculturas de dois jacarés, únicos elementos remanescentes do projeto original, que incluía estátuas de ferro de aves pernaltas e de um coqueiro.



Partindo da imagem logo acima, em sentido horário: detalhe da decoração da Igreja Santa Cruz dos Militares; estátua do maestro Carlos Gomes em frente ao Theatro Municipal; vista da Baía de Guanabara a partir da Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói; detalhe da estátua de D. Pedro II em Petrópolis; acervo de pinturas do Museu D. João VI, na UFRJ; imagem do Cristo Seráfico no altar da Igreja de S. Francisco da Penitência; exposição *Universo Bordallo Pinheiro*, no Oi Futuro Flamengo; vitral da claraboia sobre a escadaria principal do Theatro Municipal; e aula com professor Marcos Tadeu, do IPHAN, no Museu Nacional de Belas Artes





18 de julho

A pé, o grupo saiu de manhã para iniciar a jornada do dia visitando o Passeio Público e a Praça Paris. O objetivo era conferir o que ouvimos no dia anterior na palestra de Carlos Terra. Todos nos vimos à caça dos detalhes do patrimônio artístico apontados pelo pesquisador. Depois, rumamos ao centro da cidade para uma visita ao Teatro Municipal. Lá, nos aguardava Humberto Farias de Carvalho. Integrante do corpo docente do curso de Conservação e Restauração de Bens Móveis da UFRJ, o pesquisador chefiou as equipes que recuperaram as obras *Guerra e Paz*, de Candido Portinari, pertencentes ao prédio nova-iorquino da ONU, em 2011, e as pinturas artísticas de autoria de Eliseu Visconti no Municipal em 2009. E foi exatamente em razão desse trabalho que foi convidado a guiar-nos pelo edifício em estilo eclético inaugurado em 1909 e que já passou por diversos processos de recuperação. O trajeto incluiu algumas paradas para que Humberto fizesse comentários sobre o prédio e seu trabalho como restaurador.

Quando entramos na sala de espetáculos, os olhares de todos foram se elevando: primeiro, vislumbraram a boca de cena e, depois, direcionaram-se ao teto. Na superfície que encima a plateia, uma pintura aneliforme de autoria de Eliseu Visconti é o elemento que mais se destaca. “Apesar de parecer um afresco, é, na verdade, uma pintura executada com a técnica de *marouflage*”, apressa-se em esclarecer Humberto. Enquanto a primeira é executada pelo artista diretamente sobre o reboco fresco e é vista em vários edifícios notórios, como a Capela Sistina, a segunda pressupõe que o pintor execute seu trabalho sobre telas – que depois são fixadas sobre a superfície com uma cola específica. “É possível ver as emendas entre as oito telas usadas pelo artista”, aponta o restaurador. “Isso porque”, explicou ele, “Visconti usou uma tinta diferente para fazer os retoques. Ele queria que a pintura parecesse única em toda sua extensão”.

Assim, na *Dança das horas* – que contém influências do Impressionismo e do Pontilhismo –, o artista buscou que as quase duas dezenas de figuras femininas que representam os diversos momentos do dia parecessem estar brincando de roda. Após detalhar questões relacionadas ao estilo da pintura e ao processo de restauro, Humberto revelou que, ao fazerem a recuperação do friso que fica sobre o proscênio – parte que encima a boca do palco –, descobriam haver, por detrás da pintura côncava ora visível, outra plana, com a mesma temática. “Está lá trás, intacta”, sublinhou.

Depois, a visita seguiu pelo foyer e pelas salas contíguas. “O responsável pelo douramento era um francês. Ele trabalhava muito rápido”, relatou o restaurador, enquanto gesticulava para mostrar a agilidade do profissional. Segundo Humberto, houve críticas à forma como o trabalho foi executado, principalmente pelo tom que o douramento assumiu. “Muitos especialistas criticaram por ser brilhante demais. Esperavam um aspecto mais próximo do envelhecido”, aclara. Essa mesma impressão se mantém ao se ver a águia que encima, do lado externo, a cúpula principal: a escultura – antes recoberta por uma camada negra – agora reluz no horizonte do centro da cidade. “Foi uma pena não termos visto o pano de boca”, lamentou o estudante Diego Beck. Ele se referia ao painel que normalmente fica escondido do público por estar atrelado à porta de ferro que isolaria o palco da plateia em caso de incêndio no teatro. Desenvolvido também por Visconti a partir do tema ‘a influência das artes sobre a civilização’, o mural é um óleo sobre tela cujas dimensões impressionam: 12m de altura por 16m de largura.

Encerrada a incursão pelo Municipal, numa mudança completa de estilo arquitetônico, fomos ao Palácio Capanema, símbolo do modernismo no país. Com projeto de uma equipe de arquitetos que incluía nomes como os de Lucio Costa e Oscar Niemeyer, o edifício foi construído entre os anos 1930 e 1940 para abrigar o Ministério de Educação e Saúde. Conhecedor da obra de Cândido Portinari, Humberto, então, guiou-nos pelo primeiro piso para apresentar-nos aos painéis ali pintados pelo artista para decorar o salão que recebeu seu nome e a outros ambientes.

20 de julho

Após um início de sábado com uma incursão pela Floresta da Tijuca para visitar a parte da Coleção Castro Maia preservada no Museu Casa do Açude, a jornada seguiu pelo Museu Histórico Nacional. Anunciado pelos professores Paulo Gomes e Alfredo Nicolaiewsky como uma instituição exemplar, o MHN impressionou os estudantes. Organizado cronologicamente, o acervo está ordenado em quatro exposições que pretendem sintetizar a história nacional: *Oretama* (sobre o Brasil anterior à chegada dos europeus), *Portugueses no mundo* (de 1415 a 1822), *A construção da nação* (de 1822 a 1889) e *A cidadania em construção* (de 1889 a atualidade). “É uma imersão na história por meio dos sentidos. Não só pela visão das peças, mas pela música. Lembro que na sala do Barroco tocava Bach”, relatou a estudante Semíramis Bastos. “Uma experiência extraordinária. Deu pra ver a competência de quem concebeu esse museu”, disse ao avaliar o projeto expográfico.

Outro ponto que chamou atenção dos estudantes, e onde se detiveram por mais tempo durante a visita, foi a reconstituição da Farmácia Teixeira Novaes, com seus móveis e utensílios originais. Na ambiência, que tinha até a fachada plena de portas em arco típica das casas de comércio de antanho, a trilha sonora imitava a programação de uma rádio com peças publicitárias e músicas que juntavam Biotônico Fontoura e Carmem Miranda. “Era um cenário completo. Mostra bem a época e nos faz meio que viajar ao passado”, rememorou a estudante Camille da Silva.

23 e 24 de julho

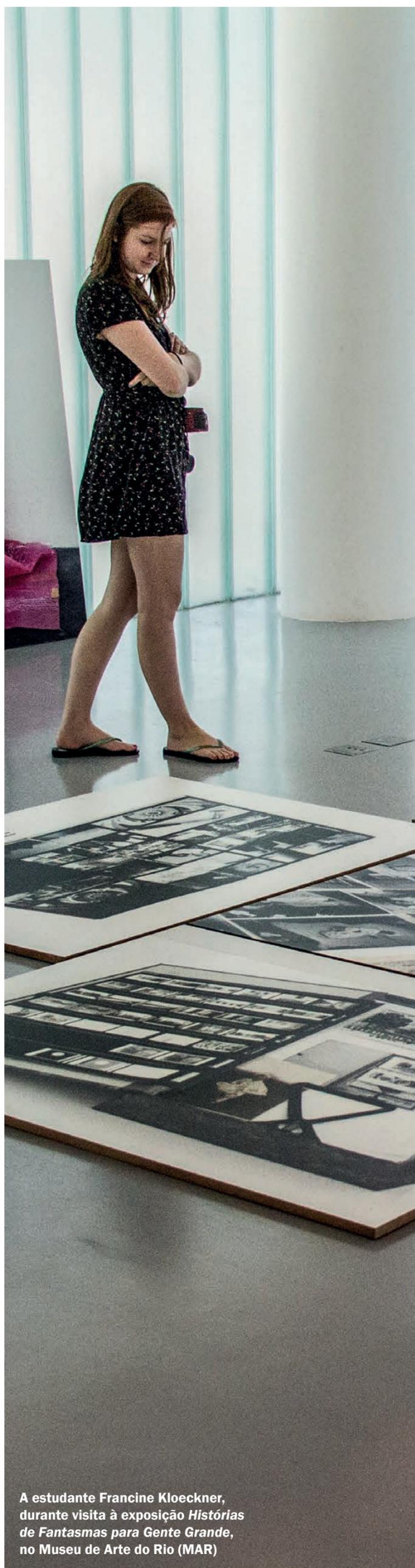
Transcorridos nove dias de andanças por ambientes urbanos do Rio de Janeiro, de Petrópolis e de Niterói, saímos cedo para um circuito de visitas a fazendas que, no século XIX, eram produtoras de café. Do bairro da Glória partimos para o Vale do Paraíba, situado no sul do estado do Rio de Janeiro, próximo tanto da divisa com São Paulo quanto da com Minas Gerais. A proximidade com esse último, aliás, explica muitos traços da gastronomia do lugar: descrita como ‘comida da roça’, é farta em torresmos, galinhas (como a receita ao molho pardo), feijão (principalmente na versão ‘tropeiro’), entre outras iguarias caipiras.

A primeira parada foi na fazenda Santo Antônio do Paiol, pertencente hoje à ordem religiosa católica Filhos da Divina Providência. Na casa construída em meados do século XIX e doada à ordem pelos herdeiros dos proprietários originais, há, no porão, uma espécie de museu organizado pela família; no piso superior, as peças mantêm algo do mobiliário original e recriam com bastante fidelidade a ambiência do século retrasado.

Já na Fazenda São João da Prosperidade, visitada no segundo dia da incursão pela região produtora de boa parte da riqueza do Brasil no século XIX, a experiência foi diferente: recebidos pela proprietária Magid Muniz devidamente caracterizada como uma sinhá de outrora, provamos cachaça produzida na fazenda, almoçamos e visitamos a casa-grande. Diferentemente da anterior, esta pouco mantém dos objetos originais de seu interior. Foi possível, no entanto, conhecer bem a típica arquitetura das residências dos barões: divididas em dois blocos, possuíam uma ala mais íntima, onde ficavam quartos, cozinhas e salas de estar menores, e outra mais pública, na qual se situavam os salões, os gabinetes e a famosa alcova – quarto sem janelas onde eram hospedados os mascates e cuja porta era trancada pelo lado de fora, já que esses comerciantes-viajantes eram estranhos ao ambiente familiar.

Por fim, visitamos a Fazenda Vista Alegre, mas esta já bastante desfigurada em seu interior. “Foi dessa região que saiu o poder econômico que possibilitou tudo o que vimos lá na capital”, enfatizou a professora Paula Ramos para justificar a inclusão da visita a essas fazendas no roteiro. Houve quem protestasse por elas representarem uma sociedade escravocrata. Mas a professora reforçou: “Retratam uma época importante da história do país”.

Treinamento para **ver**



A estudante Francine Kloeckner, durante visita à exposição *Histórias de Fantasmas para Gente Grande*, no Museu de Arte do Rio (MAR)

“Dá muito trabalho organizar uma viagem, pensar o roteiro, conciliar as diferenças”, avalia a professora Paula Ramos, que coordena a Comissão de Graduação do Bacharelado em História da Arte. A experiência de, anualmente, realizar expedições de estudos vem, segundo ela, desde os tempos em que trabalhava como docente da Uniritter: “O Paulo Gomes e eu, quando entramos na UFRGS, já tínhamos um histórico de organização de viagens desde 2003”. “Nada substitui essa experiência”, assevera. Para a pesquisadora, a intenção era que essas viagens se tornassem uma característica da graduação oferecida pela Universidade.

Em 2011, a expedição foi realizada na metade meridional do Rio Grande do Sul; em 2012, por Minas Gerais, incluindo Belo Horizonte, Inhotim – hoje, um importante centro de arte contemporânea pelo museu que abriga – e, claro, pelas cidades históricas do período colonial brasileiro; neste ano, então, a saída foi para o Rio de Janeiro. De acordo com Paula, o nome dado às viagens é significativo e sintetiza os objetivos: *Arte, cultura e patrimônio em...* “Procuramos discutir não só artes visuais, mas ter vivência em teatro, música e outras produções artísticas. Há sempre um contato com a paisagem, a gastronomia, as questões locais e com o patrimônio de um modo ampliado”, explica. Além disso, outro tema sempre abordado é a relação entre aspectos econômicos e a arte. Daí as visitas a fazendas de café no Rio de Janeiro.

“Foi uma viagem incrível”, avalia a professora. “Às vezes”, reflete, “fico pensando se os alunos têm a dimensão exata do que estão vivendo. Acho que não.” Para o professor Paulo Gomes, isso se deveria a uma falta de familiaridade dos estudantes com as pessoas e os locais de referência com os quais têm contato durante essas viagens. “Não temos muito como dimensionar. Nossa preocupação maior é proporcionar”, observa. Ao que Paula imediatamente acrescenta: “Nunca tive nada parecido na minha graduação”. Na Universidade, houve experiências semelhantes a essa em outros tempos.

Bastante lembradas são as viagens realizadas pelo professor da Faculdade de Arquitetura da UFRGS Julio Curtis. Nessas excursões de dois meses, o grupo viajava pelo Brasil todo de ônibus para conhecer o patrimônio nacional. As ambiciosas expedições, no entanto, aconteceram apenas até

os primeiros anos da década de 1970. Ainda, há registros fotográficos de viagens em conjunto realizadas por estudantes do IA em meados do século passado. “Era mais uma visita a lugares”, esclarece Paula. “Não era efetivamente de estudos. Hoje, oferecemos palestras, é um curso de extensão em movimento”, completa. Paulo Gomes percebe, ainda, que, para os estudantes, as excursões têm um caráter festivo: “É bom que seja assim. Se encarassem como um semestre, talvez nem fossem”.

Entre os principais aprendizados pelos estudantes durante as expedições, os professores acreditam que está o estabelecimento de parâmetros de avaliação da arte, dos profissionais e, sobretudo, das instituições, formado a partir do contato que têm durante as visitas. “Eles ouvem profissionais dedicados e apaixonados e que falam das coisas com energia. Isso cria uma expectativa em relação ao que os alunos verão dali adiante”, diz Paulo para enfatizar o quanto isso pode elevar o padrão de exigência dos acadêmicos. Para a professora Paula Ramos, essa seria uma forma de os estudantes desenvolverem o pensamento crítico e, assim, serem profissionais mais competentes.

Numa viagem de estudos cujo roteiro era bastante intenso, os deslocamentos pela cidade, as visitas a diversos lugares num mesmo dia e as conversas e visitas guiadas com pesquisadores que se dedicam a estudar o patrimônio com o qual os estudantes tinham, então, contato deram a impressão de uma sequência de treze dias de atividades muito intensas. Na avaliação de Paulo Gomes, talvez tivesse sido necessário dar mais tempo aos estudantes para simplesmente olharem. As explanações poderiam, na opinião dele, ter vindo após o primeiro contato visual. “Eles têm de aprender a sentir os lugares. Demos o melhor possível, mas é fundamental que as pessoas tenham tempo para ver com calma”, pondera. Isso porque, na avaliação do docente, os graduandos precisam treinar seus olhares para que sejam menos imediatistas – característica essa percebida, por exemplo, na ânsia de fotografar lugares e objetos antes mesmo de vê-los mais demoradamente. “Preocupo-me em sermos mais efetivos, avalia o professor.” Ele, porém, faz questão de enfatizar: “A viagem foi excepcional em todos os aspectos, tanto do ponto de vista técnico e pedagógico como pela experiência em si”.

Acho que um dos locais que marcou foi o Museu Nacional de Belas Artes. Porque lá estão vários trabalhos da arte brasileira que nós estamos acostumados a ver e falar sobre, mas apenas por meio de reproduções. Estar lá me trouxe uma estranha sensação de conhecê-los e vê-los pela primeira vez, mas, ao mesmo tempo, de estar reencontrando velhos amigos.

Rafael Costa, 8.º semestre

Nas viagens podemos ver ao vivo, sentir e presenciar as construções, telas e museus que são importantes para nossa graduação. Se fôssemos sozinhos ao Rio, não teríamos contato com os professores e pesquisadores com os quais tivemos nessa viagem.

Carolina Grippa, 3.º semestre

Foi possível observar diversas formas de apresentar e trabalhar com a arte, possibilitando comparações entre esses locais e também com os equipamentos culturais disponíveis na nossa cidade.

Elvio Rossi, 8.º semestre

Para mim, foi uma avalanche de locais importantíssimos na História da Arte do Brasil. Saí iluminada e com várias ideias para projetos.

Vera Py, aluna especial

A viagem foi incrível e serviu para analisarmos mais concretamente o nosso objeto de estudo: a arte. Quando estudamos, nos mantemos bastante distanciados, e poder ver as obras e os lugares históricos do Rio de Janeiro tornou tudo muito real.

Camille da Silva, 7.º semestre